

Reafirmada nas eleições de Domingo

Maioria absoluta PSD na Madeira e nos Açores

- A propósito das eleições para as Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores, realizadas no passado domingo, em que o Partido Social Democrata manteve a maioria absoluta, respectivamente com 41 e 27 deputados, *Povo Livre*, publica na página 2 os depoimentos de Alberto João Jardim e Mota Amaral

Jacques Delors em Lisboa

CEE está sujeita a duplo teste em 1989

Cavaco Silva:

A construção da Europa não pode ser apenas económica ou aduaneira ou mesmo monetária



O Prof. Cavaco Silva foi o padrinho de Jacques Delors no acto de receber o grau do doutor "honoris causa" da Universidade Nova de Lisboa

Em 1989 a CEE está sujeita a um «duplo teste a nível interno e externo» advertiu o presidente da Comissão das Comunidades num discurso proferido num jantar que lhe foi oferecido em Sintra pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva

DELORS disse ser preciso resistir à tentação de ver o Orçamento da CEE unicamente em termos financeiros e que a política fiscal não deve ser apenas eficaz no plano económico mas também no social.

Explicando o significado do seu alerta quanto ao «duplo teste» a que a CEE

estará sujeita no próximo ano, Delors frisou que a nível interno verifica-se um aumento de euforia, mas os doze países membros têm de verificar se são capazes de atingir os objectivos a que se propuseram.

No plano externo, segundo Delors, em 1989 a CEE tem de responder à

(Continua na página 5)



SUMÁRIO

- *Carta do Primeiro-Ministro aos agentes económicos e sociais*

Pág. 3

- *Produto interno bruto vai continuar a crescer*

Pág. 11

- *Balanço da actividade do XI Governo Constitucional*

Pág. 14

Isenção de Imposto Complementar para portugueses mais desfavorecidos

Cerca de 700 mil portugueses estarão isentos do pagamento do Imposto Complementar no próximo ano, em virtude da decisão tomada pelo Governo na semana passada.

CONFORME o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, anunciou na passada quarta-feira, durante a reunião informal do Conselho de Ministros em S. Julião da Barra, as pessoas que, em 1988, não tiveram rendimentos superiores a 1200 contos, sendo

casadas, ou 1000 contos, sendo solteiras, estarão isentas do pagamento do Imposto Complementar. Esta medida do Executivo vai beneficiar um elevado número de contribuintes, que se estima entre 600 e 700 mil, ou seja, quase

(Continua na página 4)

Líderes regionais comentam vitória eleitoral

Alberto João Jardim: Vitória muito saborosa

A vitória, é de certo modo, muito saborosa, porque, se conseguiu correr com os comunistas do Parlamento Regional e com o PSD a passar de 40 para 41 deputados.

O jogo da extrema-direita madeirense, nestas eleições, foi o de se colocar ao lado do PCP, numa campanha visando o aumento da abstenção.

Na Madeira, o PSD é, de longe, maioritário e, como tal, não reconhece a nenhum partido da Oposição, o estatuto de «alternativa» ao Governo madeirense. O PSD obteve a maioria dos votos em todas as freguesias da Região, excepto na freguesia de Machico, como era de esperar, embora este facto não seja um caso especial, pois já toda a gente sabe o tipo de fanatismo de seita religiosa que ali se instalou de forma obscurantista.

Em relação à CDU, acabou por perder o seu único deputado, o Povo Madei-



rense conseguiu analisar realisticamente o partido comunista e acabar com a presença parlamentar daquele partido.

Houve algum excesso de optimismo, por parte de quem apontava para 43 deputados. Eu sempre apontei para os mesmos 40, ele-

gem os 41. É importante não esquecer o facto de que estamos há 12 anos no Poder.

Não há ninguém, na Europa, que consiga estar 12 anos no Poder e ter mais de 60 por cento, como o conseguiu o Partido Social Democrata.

Mota Amaral: Vamos avançar na esperança

NAS eleições regionais do dia 9, o PSD confirmou o seu mandato democrático para governar a Região Autónoma dos Açores por mais quatro anos.

Temos, a maioria absoluta dos deputados na Assembleia Regional, o que garante estabilidade à acção governativa.

As tarefas do desenvolvimento são cada vez mais exigentes, com o desafio europeu de 1992 sempre presente. Mas o PSD tem créditos firmados perante o eleitorado dos Açores.

Com as nossas propostas programáticas realistas, com uma nova equipa de gente capaz e com muitas caras novas — vamos avançar na esperança.



Cimeira Luso-Espanhola decorrerá em Lisboa

A próxima cimeira Luso-Espanhola terá lugar nos dias 2 e 3 de Novembro, em Lisboa. A data foi acordada pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países que estiveram recentemente reunidos na capital portuguesa.

Após os trabalhos preparatórios, um clima de optimismo parece rodear a próxima reunião.

A preparação da cimeira entre Cavaco Silva e Filipe Gonzalez, a quinta entre os Governos que ambos chefiaram desde que o sistema foi instituído, em 1983, e que prevê a realização dos encontros alternadamente em Portugal e Espanha, foi o objectivo que trouxe a Lisboa o ministro dos Negócios Estrangeiros Espanhol, Fernandez Ordoñez.

Para além das conversações que manteve com João de Deus Pinheiro, o ministro espanhol foi, também, recebido em audiência pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva.

Em relação aos trabalhos de preparação da próxima cimeira, os dois ministros dos Negócios Estrangeiros

discutiram os temas que estão agendados, para o encontro nomeadamente a cooperação industrial, transportes, relações culturais e o projecto de construção de uma ponte sobre o rio Minho. No âmbito político as questões fundamentais dirão respeito à CEE e às relações comunitárias, sobretudo em função da presidência espanhola da Comunidade, durante o primeiro semestre do próximo ano.

O único contencioso que, aparentemente, existia entre os dois países, dizia respeito à fórmula de contribuição da Espanha para a Aliança Atlântica, sem integração na estrutura militar e de comando. No entanto, após os trabalhos, os dois ministros consideraram, em Conferência de Imprensa, que não existe qualquer diferendo quanto à fórmula de participação da Espanha na NATO.

A este respeito, João de Deus Pinheiro referiu que «Portugal não só se apoiou à entrada de Espanha na Aliança como apoiará qualquer tipo de intenção que a Espanha venha a ter de uma maior participação

na organização», acrescentando que «não existe qualquer problema e que esta questão nem sequer será abordada pelos chefes dos dois Executivos durante a próxima reunião».

Por outro lado, na declaração de ambos os ministros não é feita qualquer referência ao problema da repartição dos comandos da NATO e respectivas jurisdições territoriais tendo Fernando Ordoñez referido que os problemas que existiam eram, fundamentalmente, técnicos e que já estavam ultrapassados. Neste sentido, e visto não existir qualquer contencioso entre ambos os países, a reunião de Novembro deverá assumir um cariz, essencialmente, político, tanto como Deus Pinheiro e Ordoñez referiram.

Em relação ao desenvolvimento das regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha foi confirmada a criação de um grupo de trabalho que irá explorar as possibilidades, acções e medidas comunitárias a aplicar àquelas áreas. A este propósito, o ministro português afirmou que se vão «desenvolver novas formas

de cooperação para o sector fronteiriço que passam, designadamente, por reuniões regulares entre os responsáveis da Administração Interna e das Alfândegas».

João de Deus Pinheiro considerou, ainda, que «a presidência espanhola da

CEE vai surgir» num momento chave do desenvolvimento da comunidade, nomeadamente em relação ao problema monetário e ao grande espaço social e onde Portugal poderá vir a ter um papel relevante, visto que Madrid não terá tempo para realizar todas as iniciativas que desejaria».

Uma questão que mereceu, também, referência nesta reunião entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e de Espanha foi o problema de Timor-Leste, tendo Fernandez Ordoñez reiterado o apoio do seu país para com a posição portuguesa.

Povo livre

Sai às quartas-feiras
PROPRIEDADE
PSD — Partido Social Democrata

Director: DUARTE LIMA
Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas)
Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX
Telef. 60 21 40

Depósito legal n.º 1970/83

Composição e Impressão:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Tv. Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA

Distribuição:
VASP - Soc. Transporte de Distribuições, Lda.
R. Joaquim António de Aguiar, 43-1.º Esq.
1000 LISBOA

O desafio de 1992

• Carta do Primeiro-Ministro aos agentes económicos e sociais

EM 1 de Janeiro de 1986, Portugal aderiu às Comunidades Europeias.

Concretizou-se, assim, o reencontro dos portugueses com o espaço a que geograficamente pertencem.

Como nação da Europa, das mais antigas e das que mais contribuíram para universalizar os valores da civilização europeia, Portugal encontra hoje nas Comunidades Europeias o quadro adequado à projecção no futuro e em termos modernos do legado histórico de que justamente os portugueses se orgulham.

A adesão às Comunidades Europeias significa uma opção decisiva pelo modelo de democracia política representativa que é próprio da Europa Ocidental, assim como por um sistema económico e social assente na livre iniciativa do indivíduo e no predomínio dos mecanismos de mercado. Ao mesmo tempo, tornamo-nos parte activa do projecto de construção da União Europeia que, nos últimos três anos, tem sido fértil em progressos, demonstrando que o alargamento a Portugal e à Espanha, longe de enfraquecer a Comunidade, a revigorou e fortaleceu.

1992 é uma meta importante para Portugal e para a Europa.

Concluem-se nesse ano quase todos os períodos transitórios consagrados no tratado de adesão, com o objectivo de possibilitar as adaptações da economia portuguesa necessárias à sua integração harmoniosa no espaço comunitário.

Mas 1992 simboliza sobretudo a próxima etapa da construção europeia, na medida em que a data em que deve ser completado o mercado interno europeu. Em paralelo, devem ser conseguidos, até, lá avanços significativos na coesão económica e social, através da redução das disparidades de desenvolvimento dos Estados membros, na realização da Europa dos cidadãos, no reforço do sistema monetário europeu e na convergência das políticas económicas.

O objectivo europeu de 1992 tem por força impulsora o Acto Único Europeu, aprovado em Dezembro de 1985, já com a nossa participação empenhada, e que entrou em vigor em Julho de 1987.

Como afirmou Jacques Delors, o Acto Único é sobretudo «a realização do grande mercado sem fronteiras para 1992, mais coesão económica e social,

uma política europeia de investigação e tecnologia, o reforço do sistema monetário europeu, o lançamento de um diálogo social europeu». E, acrescente-se, é também a afirmação da dimensão política própria das instituições comunitárias, a abertura a novas políticas comuns — como o ambiente e a investigação científica e tecnológica — o reforço da cooperação na política externa e uma crescente coordenação das políticas económicas dos Estados membros.

A aprovação do «Plano Delors», no início de 1988, constituiu um passo decisivo para a realização dos objectivos do Acto Único e imprimiu uma nova vitalidade à Europa.

Os recursos próprios da Comunidade foram aumentados e o seu modo de financiamento alterado; foi instituída uma disciplina orçamental mais rigorosa e reformulada a política agrícola comum; foram reforçados os fundos estruturais, de modo a realizar a coesão económica e social, condição indispensável para a construção do mercado interno.

O «Plano Delors» contemplou as posições defendidas pelo Governo português quanto à criação de condições propícias à modernização da nossa economia, de modo a prepará-la para o desafio de 1992.

No plano europeu, 1992 assume um conteúdo preciso: a construção do mercado interno.

1992 representará a eliminação das barreiras e entraves físicos e técnicos, aduaneiros, fiscais e administrativos à livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas no interior da Comunidade.

A eliminação destas barreiras e a criação de um grande espaço europeu sem fronteiras favorece o desenvolvimento da actividade das empresas e a intensificação das trocas comerciais, reduz os custos e reforça o livre jogo de concorrência, garante o melhor aproveitamento de economias de escala, estimula a inovação tecnológica e a racionalização e modernização das estruturas produtivas. Assim se criam novas oportunidades de investimento e emprego e se proporcionam vantagens para os consumidores em termos de preço e de qualidade dos bens e serviços.

Mas, em 1992, Portugal assumirá também, e pela primeira vez, a presidência das Comunidades 1992 é assim, para nós, portugue-

ses, uma referência institucional e prestigiante, mas também um horizonte de responsabilidade e motivação. Então se aferirá dos resultados da aplicação dos fundos estruturais e da capacidade da estrutura económica e financeira e do tecido empresarial entre tanto construídos para responder num quadro de concorrência acrescida. Por isso é crucial o escasso tempo que decorrerá até 1992.

1992 deve ser encarado por cada português como uma oportunidade única, que não podemos perder, para transformar Portugal numa nação desenvolvida 1992 deve traduzir-se, na prática, numa força mobilizadora da modernização do País.

A construção do mercado interno europeu significa que cada empresa portuguesa poderá livremente comprar, vender, investir, produzir, realizar operações financeiras em qualquer país da Comunidade; os portugueses poderão livremente escolher o país onde querem adquirir educação ou formação, exercer a profissão ou aplicar as suas poupanças; os consumidores disporão de mais amplas oportunidades de escolha de bens e serviços. Mas significa também concorrência acrescida para as empresas e no desaparecimento de mercados protegidos.

O Mercado Único Europeu permitirá acelerar o progresso económico do País e melhorar o bem-estar colectivo. Sendo Portugal um País com um mercado de dimensão reduzida, onde predominam as pequenas e médias empresas, e com uma tradição de economia aberta, as nossas oportunidades de desenvolvimento serão maiores num quadro de livre circulação e fácil acesso dos nossos produtos aos mercados europeus.

Os períodos de transição que ainda restam oferecem a cada um de nós, e em particular aos agentes produtivos, um conjunto importante de vantagens e condições especiais: são algumas protecções perante a concorrência externa, derrogações a normas comunitárias e apoios financeiros especiais ao investimento produtivo e a operações de reestruturação e reconversão sectoriais.

A solidariedade da Europa para com Portugal, através dos fundos estruturais, resulta do objectivo da coesão económica e social e do reconhecimento do nosso relativo atraso de desenvolvimento.



É vital que os cidadãos, as empresas, os sindicatos, as autarquias, as regiões, compreendam que os recursos disponíveis são escassos e devem ser eficientemente aproveitados na criação de condições para a modernização da nossa economia, no reforço da capacidade de produzir em termos competitivos e na melhoria do bem-estar da população. Esta tem sido e continuará a ser uma preocupação permanente do Governo.

O desafio de 1992 é o resultado de uma opção profunda, apoiada pela esmagadora maioria dos portugueses; ganhá-lo depende acima de tudo de cada um de nós. Se ele é exigente em relação ao Governo, na realização de negociações difíceis e na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento, é também, um desafio responsabilizante para a sociedade civil.

Devo sublinhar que o nosso sucesso depende muito da capacidade dos empresários portugueses para competir no vasto mercado comunitário de 320 milhões de consumidores que ora se abre. O aumento da produtividade, a melhoria da qualidade, a diversificação de produtos, a criação de novas áreas de competitividade, a maior agressividade nos mercados externos são ideias-chave nesta batalha decisiva.

Seria um erro grave a adopção de atitudes de adiamento das decisões a tomar e das acções a empreender, devido às protecções e apoios comunitários especiais de que beneficiaremos até 1992. O empresário deve ser, por definição, alguém que aposta no futuro, lucidamente antecipando os tempos que se aproximam, preparando-se adequadamente para as

nossas condições, de modo a aproveitar as oportunidades que se abrem. Há, pois, que agir desde já na perspectiva de 1992 — na verdade 1992 já começou.

É preciso que as empresas portuguesas modernizem os seus processos produtivos, intensifiquem a inovação tecnológica e apoiem actividades de investigação, introduzam métodos de gestão modernos, invistam na formação profissional, adoptem correctas estratégias de internacionalização, revelem um adequado sentido de «marketing». Cada empresa deverá dotar-se de toda a informação sobre os possíveis reflexos da construção do mercado interno europeu sobre o seu sector.

A contribuição dos trabalhadores é também decisiva, principalmente nas acções visando o aumento da produtividade e a modernização das empresas, designadamente na introdução de novos métodos de trabalho.

A este propósito, julgo importante referir que o desafio de 1992 oferece aos trabalhadores a possibilidade de, num quadro de crescimento económico, verem melhoradas as suas condições de remuneração e de trabalho, acrescidas as garantias em matéria de segurança social e alargadas as oportunidades de formação e emprego. E cada trabalhador, como cidadão e como consumidor, beneficiará do aumento de rendimento e bem-estar à escala nacional.

Para tanto é importante que sindicatos e empresários desempenhem sem reservas o seu papel de par-

ceiros sociais, favorecendo o diálogo construtivo e assumido o espírito da concertação.

A resposta que soubermos dar ao mercado interno europeu e ao desafio de 1992 determinará o futuro de todos nós e das próximas gerações.

É uma resposta bem sucedida que se concentram os esforços do Governo e se exige a mobilização responsável de cada português, na convicção de que essa constitui a melhor aposta para o futuro de Portugal.

Nesta perspectiva o governo levou a cabo o processo legislativo referente a um vasto conjunto de reformas estruturais e assumiu como tarefas prioritárias o desenvolvimento económico e social, a modernização dos sectores produtivos e da Administração Pública, a redução do peso do Estado na economia, a disciplina financeira, a generalização de acesso à educação e a valorização profissional dos portugueses, a construção de adequadas estruturas de comunicações e transportes.

No clima de estabilidade e confiança que gerámos e em que hoje os portugueses vivem, o Governo dinamizou a iniciativa privada, lançou, com o apoio da Comunidade, um leque alargado de incentivos e pôs em marcha as medidas visando possibilitar que, até 1992, as nossas empresas encontrem a dimensão, a produtividade e o dinamismo adequados.

Por outro lado, consciente da nossa posição periférica e da importância das nossas históricas relações com povos de outros continentes, o Governo tem vindo a recuperar e a incentivar o intercâmbio económico e cultural e a cooperação com outros espaços, principalmente com os países africanos de língua oficial portuguesa e com o Brasil.

Repito, porém: o pleno aproveitamento desta oportunidade histórica para tornar Portugal uma nação moderna e desenvolvida depende essencialmente dos portugueses, do poder criativo da sociedade civil, da capacidade de iniciativa dos agentes económicos e sociais. Não poderemos falhar.

Os resultados conseguidos nos últimos três dão-nos a convicção de que vamos vencer o desafio de 1992.

Lisboa, 3 de Outubro de 1988.

António Guterres

Isenção de Imposto Complementar para os portugueses mais desfavorecidos

(Continuação da 1.ª página)

dois terços dos portugueses que têm vindo a pagar aquele imposto.

Para além dos contribuintes que não auferiram este ano rendimentos superiores aos mencionados, estarão igualmente isentos do pagamento do Imposto Complementar aquelas pessoas que não lhes seja colectado um imposto superior a 12 contos.

Entretanto, o Governo vai proceder à constituição de um fundo para financiamento das pensões e reformas, através das receitas que forem arrecadadas em 1989 relativamente aos impostos complementar e profissional.

Como é do domínio público, em 1989 entra em vigor o Imposto Único. A partir daí, o contribuinte pagará os seus impostos no próprio ano a que respeitam. Por isso, é compreensível que alguns contribuintes, nomeadamente os de maiores rendimentos, venham no próximo ano a ser sobrecarregados, pagando os impostos relativos a 1988 e 1989.

Esta situação, no entanto, não atingirá os contribuintes de rendimentos mais baixos em virtude das isenções agora determinadas pelo Governo.

Por outro lado, a criação de um fundo para financiamento das pensões e reformas é algo que não pode deixar de ser bem acolhido quando se sabe que em Portugal há 2,1 milhões de reformados e apenas 1,7 activos por cada aposentado.

O Governo considera que aquele fundo ao garantir o pagamento das pensões de velhice e de invalidez no futuro vai também «aliviar as contribuições para a Segurança Social das gerações mais novas».

Neste sentido, segundo Cavaco Silva, «o Governo atribui uma grande importância aos objectivos de justiça social e entende que se deve garantir um futuro melhor aos idosos, sem sobrecarregar os mais novos». Logo, e porque as despesas do Estado têm que ser financiadas com impostos, «há que fazer com que os mais ricos pa-



Na reunião informal do Conselho de Ministros no Forte de S. Julião da Barra

guem, proporcionalmente, mais».

E Cavaco Silva sublinhou ainda, dentro dos critérios de justiça social, que «os indivíduos de mais altos rendimentos devem pagar, proporcionalmente, mais do que os indivíduos de mais baixos rendimentos».

As grandes orientações do Orçamento para 1989

O Prof. Cavaco Silva anunciou, também, que as grandes orientações do Orçamento do Estado para 1989 são:

a) Fazer de 1989 o

quarto ano consecutivo de expansão económica e aumento do poder de compra da população, conseguindo assim um resultado quase único na nossa história e na Europa democrática;

b) Preparar a economia portuguesa para o desafio de 1992 da plena integra-

ção na Europa Comunitária reforçando a capacidade competitiva das empresas portuguesas;

c) Avançar na realização do grande objectivo da generalização do acesso à educação, aproximando-nos das taxas de escolaridade europeias;

d) Melhorar as vias de comunicação rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias de modo a dotar o País de um sistema de transportes eficiente e económico.

Debate sobre a construção do mercado interno europeu

O Governo irá convocar o Conselho Permanente de Concertação Social para analisar as acções a desenvolver para fazer face, com sucesso, ao desafio de 1992 e vai propor à Assembleia da República a realização de um debate sobre a construção do mercado interno europeu.

Extintos organismos de coordenação económica

O Conselho de Ministros do passado dia 6, debruçou-se sobre o projecto de articulação da proposta de lei do O.E para 1989, abrangendo três partes fundamentais: as receitas fiscais, as despesas públicas e os empréstimos públicos.

O Conselho de Ministros deliberou mandar os Ministros dos assuntos Parlamentares e das Finanças para prececerem, nos termos do Estatuto da Oposição dos partidos com representação parlamentar sobre as grandes linhas do Orçamento.

O Governo determinou a extinção dos seguintes organismos de coordenação económica: Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, Instituto dos Produtos Florestais e Instituto dos têxteis.

Com efeito, as funções que, até este momento, se encontravam cometidas a estes organismos podem ser atribuídas a outros organismos ou departamentos da

Administração Central, já existentes e vocacionados para o seu desempenho, como evidente economia de meios e simplificação de estruturas, ao mesmo tempo possibilitando a sua maior rentabilização.

O diploma acautela esta transferência de funções não deixando a descoberto nenhuma das áreas de actuação dos organismos agora extintos, procedendo assim à racionalização dos serviços prestados pela Administração Central.

Foram aprovados vários decretos-lei que, no âmbito do sistema de Ensino Superior, promover a reconversão de seis instituições particulares de formação de professores em Escolas Superiores de Educação, comprovada a idoneidade pedagógica dessas instituições aprovou ainda diplomas que regulam a contagem do tempo de serviço docente prestado nos seminários menores para todos os efeitos legais e que favorecem a criação de cursos de tu-

risimo nas Escolas Superiores de Tecnologia e Gestão através da recomposição das respectivas Comissões Instaladoras.

Regime de Arrendamento Florestal

O Conselho de Ministros aprovou o decreto-lei que regula o Regime do Arrendamento Florestal, medida que se vinha mostrando cada vez mais indispensável.

O decreto-lei define um quadro jurídico por via do qual ficam clarificadas as regras de acesso à terra arrendada, privilegiando-se claramente o estabelecimento de acordos contratuais livres entre senhorio e arrendatário tendo em atenção a importância da floresta para o desenvolvimento do nosso País. Considera o Governo que a aprovação deste diploma terá um papel decisivo na ainda maior dinamização deste sector.

No entanto, estabelecem-se limitações pontuais à liberdade contratual, fazendo intervir os Serviços Florestais e em alguns casos o Sistema Judicial tendo em vista atingir o justo equilíbrio da autonomia da vontade das partes e a indispensável protecção do interesse público.

Mais actividades abertas à Iniciativa Privada

Tendo sido recentemente publicada a Lei da Assembleia da República que autoriza o Governo a alterar a Lei de delimitação dos vários sectores da Economia, o Conselho de Ministros aprovou um diploma que dá definitiva concretização ao objectivo constante daquela lei.

Assim, através do decreto-lei hoje aprovado passam a ficar abertas à iniciativa privada as actividades de produção e distribuição de gás e energias eléctricas para consumo público, os transportes aéreos regulares do continente, as indústrias petroquímica, siderurgia e da refinação de petróleo, os transportes ferroviários que não sejam explorados em regime de serviço público e os transportes urbanos de passageiros nos principais centros populacionais.

Ao promover a concretização de mais esta Reforma Estrutural importante para a modernização da Sociedade Portuguesa, o Governo dá mais um passo no sentido da dinamização da nossa economia, adaptando-a às exigências da sua crescente internacionalização e ao futuro Mercado Interno Europeu de 1992.

Jovens empresários e profissionais portugueses da África do Sul visitaram Moçambique

A Associação de Jovens Empresários e Profissionais da África do Sul efectuou uma visita a Maputo de 8 a 11 do corrente.

Os elementos do grupo, com idades entre os 18 e 35 anos, são 20 na sua totalidade, e na maioria jovens empresários e profissionais portugueses radicados na África do Sul.

Entre estes há a destacar a presença de Joseph Mpateng Manchu, de 32 anos, presidente do «Ecology of Knowledge Network», uma importante organização de empresários negros da África do Sul. Ele também membro do «Ecology of Knowledge Network» baseada em Nova York. Também de salientar a presença no campo profissional do arquitecto Philimone Mashabane, e de John Bloomfield, economista do Banco Africano.

O programa da visita envolveu, entre outros aspectos o seguinte: um encontro com a Câmara de Comércio Moçambicana; encontro com representantes da Universidade «Eduardo Mondlane»; encontro com o presidente do «Banco Popular de Desenvolvimento»; encontro com membros do Governo Mo-

cambicano; recepção organizada pela embaixada portuguesa com a presença dos embaixadores dos países da CEE, empresários e gestores portugueses; reuniões informais com a «AE-PRIMO», uma organização de empresários Moçambicanos criada em Maio de 1988.

O presidente da «AJEPP», Carlos Miguel Oliveira aproveitou a sua visita à capital Moçambicana para estabelecer contactos com a Organização da Juventude Moçambicana, Ministério da Cooperação, Ministério da Construção e Águas, USAID, e Organizações Internacionais.

Carlos Miguel Oliveira atribuiu alto significado a esta visita pois foi a primeira dum série a efectuar aos vários países da África Austral.

O propósito mais amplo destas visitas será a participação na criação dum plataforma de entendimento na África Austral baseada em interesses comuns motivados pelo comércio e interdependência económica. O propósito mais Estrito e a promoção dos interesses empresariais portugueses na África Austral.

**LEIA E DIVULGUE
O POVO LIVRE**

Jacques Delors em Lisboa

(Continuação da 1.ª página)

expectativa dos outros povos e vencer diversos desafios naquele que será o «ano de todos os perigos». Por isso, «temos de aprender a viver a doze antes de pensarmos no alargamento das comunidades», disse Delors.

O esforço português

O Prof. Cavaco Silva, por seu turno, na intervenção que proferiu durante o jantar que ofereceu a Delors, disse que «Portugal

está a fazer um particular esforço, aceitando plenamente implicações nacionais de decisões comunitárias».

«Por isso, entendo que as regras para 1992 devem ser claramente aceites por todos os Estados membros», acrescentou Cavaco Silva. Defendeu uma Europa «monetariamente disciplinada», económica e socialmente coesa e com uma orientação comum na diversidade das suas relações externas.



Considerou que só assim será possível construir a Europa da ciência e da tecnologia, vencer o desafio

do Século XXI, melhorar as condições de vida das populações e responder a problemas como a protecção do ambiente.

Para Cavaco Silva, a construção da Europa «não pode ser apenas económica ou aduaneira ou mesmo monetária, mas deve ser igualmente política, social e cultural, tecnológica».

«Creio que a União Europeia se deve fazer superando o entendimento tradicional das relações entre os Estados, embora não

afastando interesses políticos ou económicos desde longa data necessários à afirmação externa de cada um dos próprios Estados Membros», observou.

Explicou depois que sendo Portugal um País de tradição histórica e vontade política bem conhecidas no favorecer dos contactos entre povos e países de distintas regiões, tenderá a privilegiar o diálogo Norte-Sul no quadro comunitário.

Cavaco lembrou que, em Janeiro próximo, Jacques Delors inicia um novo mandato como presidente das Comunidades, considerando tal facto «uma garantia para a Europa, já que o empenho que demonstrou na adopção do Plano Delors será necessário para a sua execução».

Mas este novo mandato será igualmente uma garantia do apoio por parte do presidente da Comissão da CEE às reformas que Portugal iniciou para a modernização da sua sociedade, nas perspectivas económica e social, acrescentou.

No seu discurso, Cavaco recordou ainda que, após a adesão de Portugal à CEE, «dois marcos históricos foram erguidos na construção da Europa do futuro».

O primeiro foi a entrada em vigor do Acto Único Europeu, que Portugal negociou já antes de aderir, e que reflecte «um novo plano institucional das Comunidades».

«A adopção do chamado Plano Delors, que traduz as consequências do Acto Único pela criação de novos modelos financeiros e orçamentais e pelo reforço da coesão económica e so-

cial», foi o segundo, referiu ainda.

Auxílio às vítimas do Chiado

No decorrer de uma conferência de Imprensa em Lisboa, de que também participou o Prof. Cavaco Silva, Jacques Delors anunciou que a CEE vai canalizar um milhão de ecus (cerca de 170 mil contos) para auxílio às famílias desprotegidas vítimas do incêndio do Chiado. A ajuda comunitária prevê mais 300 mil ecus para salvaguarda e recuperação do património cultural da zona.

«Tivemos hoje uma boa reunião de trabalho, disse por seu turno Cavaco Silva, adiantando que Delors vai apresentar à Comissão das Comunidades um diploma no sentido de ajudar as regiões autónomas das Açores e Madeira a ultrapassarem problemas resultantes da sua situação.

Interrogado sobre se o atraso português em relação aos países mais avançados da CEE se manterá no futuro, o presidente da Comissão Europeia afirmou que «cada país europeu teria de fazer face a esse problema com ou sem integração europeia». A Grécia, Irlanda, França e Espanha têm igualmente problemas de adaptação, sublinhou.

«Não há nenhuma razão para pensar que Portugal tenha mais dificuldade que os outros países, adiantou.

Na ocasião o Primeiro Ministro disse que as comunidades vão apoiar financeiramente o esforço português no caso ao ensino.

Delors ao receber o doutoramento

As condições de sucesso do grande mercado europeu

JACQUES Delors, ao receber o doutoramento «Honoris causa», concedido pela Universidade Nova de Lisboa, salientou, no discurso proferido na ocasião, que «o projecto de construção europeia é um apelo à reflexão e contribuição dos economistas».

Cavaco Silva, que esteve presente à cerimónia, foi o padrinho do presidente da Comissão das Comunidades Europeias. O acto solene decorreu na Faculdade de Economia daquele estabelecimento do Ensino Superior.

O elogio do novo doutor foi feito pelo vice-reitor, Manuel Pinto Barbosa que, na sua intervenção, recordou as principais fases da carreira política de Delors. Seguiu-se a imposição

das insígnias pelo reitor, Esperança Pina, sendo depois Jacques Delors comprimado pelos professores da universidade.

Começando por se referir ao projecto da construção europeia como um apelo à reflexão e constituição dos economistas, o presidente da Comissão das Comunidades Europeias disse, no seu breve discurso, após a imposição das insígnias de doutoramento «esperar particularmente dos responsáveis da ciência económica, reacções aos estudos da Comissão Europeia sobre «as condições de sucesso» do grande Mercado Europeu de 1992. A esse propósito, Delors recordou o lançamento, na sexta-feira, em Lisboa, da versão portuguesa do «relatório Cec-

chini», intitulado «A Grande Aposta para a Europa, o desafio de 1992» — e que aborda exactamente aquela problemática.

O estudo da comissão, refere Delors, «revela as grandes potencialidades abertas pelo Mercado Único Europeu, em termos de competitividade, crescimento e de criação de empregos, serão estes objectivos realistas? Que condições serão estes objectivos realistas? Que condições serão necessárias para recolhermos todos os frutos deste espaço económico comum?» — interrogou-se Jacques Delors, que acrescentou serem estas algumas das perguntas para as quais a comissão gostaria de obter resposta por parte da Comunidade da Ciência Económica.

Sobre a construção europeia, o presidente da Comissão afirmou que aquilo que se pretende não é apenas estabelecer um grande mercado. Trata-se, disse, de garantir uma «integração económica e social mais profunda: um mercado que funcione, uma cooperação alargada e uma concertação social que contribuam para uma maior solidariedade, mas também para uma maior eficácia económica».

Durante a sua intervenção, Jacques Delors agradeceu à Universidade Nova e à sua Faculdade de Economia a distinção concedida e salientou constituir para si uma grande honra a presença de Cavaco Silva, como seu padrinho no doutoramento «Honoris Causa».

TSD - CONVOCATÓRIAS

Banco Português do Atlântico

Ao abrigo dos Estatutos, o Secretariado Distrital de Lisboa dos TSD (AML), convoca todos os filiados dos TSD do Banco Português do Atlântico para reunirem em Assembleia de Secção (Assembleia Eleitoral) no próximo dia 25, entre as 16.30 horas e as 19.00 horas, na Rua da Conceição, n.º 113-3.º Esq., em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição do Secretariado de Secção de Empresa
- 2 — Eleição de Delegados à Assembleia Distrital.

TAP

Ao abrigo dos Estatutos, o Secretariado Distrital de Lisboa dos TSD (AML), convoca todos os filiados dos TSD da TAP para reunirem em Assembleia de Secção (Assembleia Eleitoral), no próximo dia 31, entre as 16.00 e as 20.00 horas, na Rua da Conceição, n.º 113-3.º Esq., em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Eleição do Secretariado de Secção de Empresa
- Eleição de Delegados à Assembleia Distrital.

Caixa Geral de Depósitos

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da Estrutura Distrital dos TSD, convoca-se a Assembleia de núcleo dos TSD da Caixa Geral de Depósitos, para o próximo dia 27 às 17 horas, na Rua da Conceição, 113-3.º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto único — Eleição do Secretariado do Núcleo

Operação integrada de desenvolvimento do Norte do Alentejo

A primeira acção em Portugal no quadro da reforma dos fundos estruturais comunitários foi formalizada em Lisboa com a assinatura de uma declaração conjunta entre o Presidente da Comissão Europeia e o Ministro Valente de Oliveira.

A acção, denominada de Operação Integrada de desenvolvimento do Norte do Alentejo, orça em 24,2 milhões de contos, e o seu financiamento está a cargo de fundos estruturais comunitários, administração local, orçamento de estado e agentes produtivos privados.

Os fundos comunitários totalizam 14,4 milhões de contos, sendo 7,5 milhões de contos relativos ao fundo europeu de desenvolvimento regional (FEDER), 5,2 milhões de contos ao programa específico de desenvolvimento da agricultura portuguesa/Fundo Europeu de orientação e garantia agrícola (PE-

DAP/FEOGA) e 1,7 milhões de contos ao fundo social europeu (FSE).

A administração local participa na operação com uma verba de 2,9 milhões de contos, o orçamento do estado com financiamentos no montante de 5,2 milhões de contos e os agentes produtivos privados com 1,7 milhões de contos.



Valente de Oliveira: nova forma de abordagem dos problemas do desenvolvimento

Esta operação deverá estar terminada em 1992 e abrange um conjunto de sete sub-programas, que se enquadram no objectivo de correcção de desequilíbrios regionais dos países membros da Comunidade Europeia e de coordenação das políticas comunitárias.

Esta operação, que engloba os concelhos de Alter

do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Niza, Portalegre e Sousel, tem como objectivos a melhoria da rede de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, o estímulo e adaptação da produção agrícola às perspectivas da integração europeia, a promoção do aproveitamento dos recursos turísticos da zona, a dinamização da actividade empresarial e a criação de mais postos de trabalho.

Na ocasião o ministro do Planeamento e da Administração do território, Valente de Oliveira sublinhou que a operação representa o primeiro exemplo concreto de uma nova forma de abordagem dos problemas do desenvolvimento, numa perspectiva em que a integração dos instrumentos de acção e dos financiamentos constitui uma preocupação maior.

João de Deus Pinheiro na ONU

Timor é um espinho cravado na consciência internacional

ESTA posição foi expressa pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, no discurso que proferiu perante as Nações Unidas, onde reafirmou a posição portuguesa em relação à situação que se vive, actualmente, naquela ex-colónia de Portugal. Na parte da intervenção respeitante ao problema de Timor, as palavras do ministro português foram, particularmente, agressivas.

«Num momento em que as Nações Unidas parecem reencontrar o seu verdadeiro papel na manutenção da paz e na solução pacífica dos conflitos e em que saudamos os sucessos registados na solução de várias questões internacionais da maior gravidade ou os progressos efectivos conseguidos para a resolução de outras, até agora aparentemente insolúveis, é com mágoa que me vejo compelido a referir a uma questão que há longos anos se arrasta sem que avanços significativos se tenham registado para a sua solução de forma justa e conforme com os princípios e resoluções fundamentais das Nações Unidas. Refiro-me à questão de Timor-Leste.

«A descolonização de Timor-Leste é um espinho

cravado na consciência internacional e um desafio à coerência com que os princípios essenciais da descolonização tantas vezes reclamados e repetidos como constituindo um acervo essencial desta organização são aplicados e observados. Mais triste é ainda constatar, como no caso de Timor, que a flagrante e directa violação de tais princípios parte de um país que foi igualmente vítima do colonialismo e que tão importante papel representou na luta dos povos colonizados pela emancipação.

«Há cerca de treze anos que o território não-autónomo de Timor-Leste sob administração portuguesa viu interrompido o seu processo de descolonização e foi objecto de invasão e ocupação militar pelo seu poderoso vizinho.

«Portugal não enjeita a sua parte de responsabilidade pelas dificuldades e sobressaltos que o início do processo de descolonização conheceu, mas não pode em nenhum caso aceitar o argumento que essas dificuldades e esses sobressaltos legitimam a invasão e ocupação do território pela Indonésia e consequente denegação dos direitos e liberdades fundamentais do seu povo, sobretudo, do seu

direito inalienável à autodeterminação, já que em nenhuma circunstância se pode legitimizar a forma implacável que revestiu a repressão no território com o intolerável custo de vidas humanas e sofrimento nos últimos treze anos.

«Um pequeno povo de algumas centenas de milhares de habitantes, dizimado em cerca de um quarto dos seus cidadãos, submetido a uma autoridade que não escolheu, limitado nos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, reclama que se lhe seja dada a oportunidade crucial de escolher o seu destino político.

«Portugal — repito-o aqui uma vez mais — não tem qualquer reivindicação sobre a soberania do território de Timor-Leste. Desejamos a autodeterminação para Timor-Leste e não podemos compreender por que motivo a potência ocupante, que constantemente invoca os benefícios que a sua 'administração' trouxe ao bem-estar dos seus habitantes, receia submeter-se ao resultado de um acto livre de autodeterminação, se como já argumentaram os corações estão já conquistados para a sua causa por que razão teme a expressão da vontade do



povo.

«A causa de Timor-Leste é para nós uma responsabilidade, moral histórica e jurídica. A defesa dos direitos, liberdades e identidade específica do seu povo — tantas vezes aqui proclamada como imperativa para a comunidade internacional, no seu conjunto, a propósito de tantos outros territórios coloniais — é também uma responsabilidade de todos nós, enquanto membros desta organização e empenhados na observância dos seus princípios fundamentais. Não podemos silenciar o drama de Timor-Leste sob pena de cumplicidade com uma intolerável política de facto consumado imposta pela força.

«Portugal tudo fará para encontrar pela via do diálogo uma solução justa, global e aceitável para a Comunidade Internacional.

Continuamos inteiramente empenhados em colaborar com o secretário-geral — cujos esforços neste domínio me apraz aqui reconhecer e agradecer — na sua mediação com vista a encontrar tal solução. E num espírito construtivo, no respeito primordial pelos legítimos direitos e aspirações do povo de Timor-Leste — que encaramos a continuação da sua mediação. Esperamos sinceramente que, do lado indonésio, esse espírito seja também preponderante.»

Economia africana

Outra questão que mereceu referência por parte de João de Deus Pinheiro foi a degradação económica que continua a afectar um grande número de países e, em particular, do continente africano.

Esta situação, sublinhou o ministro, «para a qual contribuem, frequentemente,

mente, a desadaptação às realidades dos modelos de desenvolvimento até aqui seguidos, a gravidade de certos desequilíbrios estruturais e conjunturais de ordem económica internacional, bem como da externa vulnerabilidade de muitas das sociedades africanas às catástrofes naturais, caracteriza-se, nomeadamente, pela estagnação no crescimento, por elevadas taxas de inflação, e por um endividamento externo».

Neste sentido, João de Deus Pinheiro sublinhou que «os graves problemas que hoje afectam os povos e os países do Terceiro Mundo suscitam-nos as maiores preocupações». Problemas para os quais Portugal tem mantido uma empenhada acção para a sua resolução, acrescentou Deus Pinheiro, lembrando a proposta apresentada pelo Primeiro-Ministro, em Maio passado, na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, para a criação de um Centro Norte-Sul, «concebido como um estrutura flexível vocacionada para funcionar como um fórum de reflexão permanente com o propósito de aprofundar o clima de entendimento e confiança entre os países do Norte e do Sul».

Fernando Reino

O que está em causa é garantir ao povo timorense o usufruto das suas liberdades fundamentais

OUTRA intervenção significativa por parte dos responsáveis portugueses foi a do embaixador Fernando Reino, que não deixou de tecer algumas considerações à resposta da Indonésia ao discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros Portugueses.

«O distinto representante da Indonésia pretendeu exercer o seu direito de resposta às questões postas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, no discurso que pronunciou nesta Assembleia sobre o problema de Timor-Leste. As razões agora invocadas não são novas, de facto, elas repetem argumentos já bem conhecidos e que já foram invocados anteriormente, não só nesta assembleia, como noutros organismos internacionais. Por isso, vou tentar ser breve e conciso, com o único objectivo de esclarecer e não me envolver em questões irrelevantes por inúteis, com acusações mútuas ou de retórica estéril.

Para começar, quero lembrar que Portugal não

está só, ao defender os seus pontos de vista, durante o presente debate. Ainda há poucos dias, o representante grego, que é simultaneamente representante da Comunidade Europeia, era também favorável ao tipo de solução por nós apresentado, assim como, aliás, outras que já foram feitas durante este debate.

O problema que está a ser considerado contempla um território não autodeterminado sob a administração portuguesa e que está incluído na lista dos territórios não-autodeterminados. Não conhecemos as razões pelas quais se invoca que aquele território de Timor-Leste deixou de ser um território não descolonizado ou autodeterminado. Este item está incluído na Agenda, tanto na Assembleia Geral, como do Comité Especial, os quais afirmam que as Nações Unidas não reconhecem o processo de descolonização que se verificou. Não se reconhece, assim, qualquer «acto de expressão livre» que tenha sido invocado e, pelo contrário, reafirma-se

o direito do povo timorense à autodeterminação. Como já dissemos anteriormente, não temos quaisquer pretensões territoriais sobre Timor-Leste e não estamos envolvidos em qualquer tipo de disputa sobre a soberania do território de Timor com a Indonésia.

Consideramos, também, irrelevantes o tipo de argumentos utilizados no que diz respeito aos acontecimentos infelizes que tiveram lugar durante a implementação do programa de descolonização levado a cabo em Timor-Leste. Como o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal teve ocasião de reafirmar no seu discurso, Portugal não rejeita a sua quota de responsabilidade por aqueles acontecimentos. E duvido que as outras partes envolvidas possam fazer o mesmo, mas o que não aceitamos é a invasão militar e que a ocupação do território possa ter legitimada, por motivos denominados de reparação da situação naquele território. As resoluções adoptadas pelo Conselho de Segu-

rança e pela Assembleia Geral são muito claras e espera a este respeito.

O que agora está em causa é a necessidade de garantir ao povo de Timor Leste o exercício dos seus direitos inalienáveis e o usufruto das suas liberdades fundamentais.

A HISTÓRIA SE ENCARREGARÁ DE JULGAR

Não estamos aqui para verificar se a responsabilidade sobre o que ocorreu em 1974 ou 1975 é de Portugal ou da Indonésia. A História encarregar-se-á de julgar. Ao acusar os outros pelo passado, a Indonésia parece estar a fugir à questão principal e a arranjar pretextos para não enfrentar as suas actuais responsabilidades, teimando em negar ao povo de um pequeno e indefeso território colonial vizinho o direito de escolher, livre e validamente, o seu próprio futuro político.

Se a ocupação da Indonésia tem sido tão benéfica para o povo em questão, e se melhorou tanto as suas condições de vida como se argumenta, o resultado dessa escolha serviria apenas para confirmar as asserções e as reivindicações da Indonésia.

Como é hábito, a Indonésia advoga que as denúncias feitas sobre os abusos dos direitos humanos naquele território são infundadas. Como é óbvio, não iremos citar aqui os inúmeros relatórios provenientes de diversas fontes e elaborados em diferentes ocasiões ao longo destes treze anos pela Amnistia Internacional para o Departamento do Estado dos Estados Unidos denunciando este tipo de situações. Mas não é possível argumentar que as outras partes estão a objectar unicamente com argumentos forjados e ao mesmo tempo, estar a restringir o acesso ao território a toda a gente, excepto a delegações guiadas de visitantes previamente seleccionados. Declarações recentes das autoridades in-

donésias quando foram confrontadas com perguntas sobre o assunto, parecem confirmar os nossos pontos de vista.

Vários conflitos regionais e situações coloniais que ainda não há muito tempo eram consideradas como situações irreversíveis, são, nos dias de hoje, consideradas pela comunidade internacional como situações que têm reais possibilidades de serem resolvidas.

Não se pode procurar uma posição moral e legal numa situação como a do Camboja ou noutras situações específicas na área do pacífico ou em qualquer outro lado, ao mesmo tempo, recusar agir de acordo com princípios fundamentais e resoluções desta Organização internacional.

Aproveitamos esta rara oportunidade para estabelecermos negociações sérias sob os auspícios do Secretário-Geral, de acordo com o mandato que lhe foi dado por esta Assembleia Geral ao qual continuamos, profunda e firmemente, empenhados.

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 378 • 12 DE OUTUBRO DE 1988

COORDENADOR

PEDRO GOMES

COORDENADORES-ADJUNTOS

MANUEL DUARTE

PAULO GUEDES DA SILVA

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 722

NESTA EDIÇÃO

- VIII CONGRESSO NACIONAL DA JSD
- SINDICALISMO
- NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

SINDICALISTAS E POLÍTICOS

A conquista de um espaço democrático dentro do sindicalismo consitiuiu um dos maiores esforços efectuados no campo político no pós-25 de Novembro e deixou clara a vontade de uma substancial camada da Sociedade não querer continuar a ser representada pela Intersindical.

Com efeito, após o assalto aos sindicatos verificado ao alvorecer do novo regime, tornava-se fundamental para a sua estabilização e sedimentação que todos os trabalhadores se pudessem ver representados através dos seus legítimos representantes.

A lenta construção de uma alternativa democrática ao poder sindical da Inter não foi pacífica, nem fácil. Os caminhos tortuosos percorridos são capazes de não ter produzido a solução óptima, mas repre-

sentaram pelo menos um travão ao poderio comunista no domínio sindical que na sua escalada pelo poder se viu a braços com um adversário com capacidade de lutar no seu terreno e, mais, capaz de dialogar com o poder político instituído, sem se submeter a ele, nem tão pouco desear conquistá-lo.

As modificações entretanto operadas na vida política nacional levaram a que as estratégias e os discursos se fossem inflectindo e adoptando. Do estrito carácter reivindicativo dos sindicalistas, sucede-se a concertação social e até a CGTP foi obrigada a rever posições para não perder este movimento e que a levou, inclusive a entrar no Conselho Permanente da Concertação Social. Actualmente, o mundo sindical por ineficácia real das oposições partidárias pa-

rece encarar esse papel reservado aos partidos mais por omissão destes do que verdadeira acção daqueles que mais não fazem do que cumprir o seu papel de defesa dos seus associados: os trabalhadores sindicalizados.

É neste cenário que a UGT tem surgido como a

Essa convergência das duas tendências a que se junta a tarefa de sedimentação da central sindical tem sido mal interpretada por alguns que não conseguem dissociar o fenómeno partidário do fenómeno sindical.

Embora nem sempre seja fácil tal distinção é certo

rados não podem sobrepor-se aos interesses do colectivo. Daí que manifestações individuais de foro partidário perdem credibilidade

ANTÓNIO RODRIGUES

***A denúncia da hegemonia socialista na UGT,
como argumento suficiente para criar
uma nova estrutura sindical, peca por falta
de sustentação***

principal força do mundo sindical. Por deter maior credibilidade e por congregar no seu seio sindicalistas socialistas e sociais democratas o que lhe confere uma substancial representatividade e uma particular atenção do poder político.

que a política partidária não pode ser ligada à estratégia sindical e cada uma destas realidades tem de ser considerada isoladamente atendendo à motivação dos respectivos intervenientes.

Os interesses individuais embora tenham de ser valo-

quando se pretende projectar líderes partidários ou quando se fala no lançamento de uma terceira central sindical.

No caso concreto da terceira central sindical não creio que seja possível alguém pensar em reduzir o

movimento sindical a uma componente do domínio político-partidário, fazendo-as coincidir nos objectivos, quando obviamente são distintos dos prosseguidos por natureza pelos sindicatos.

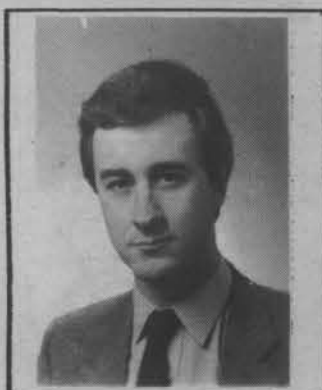
Esta ideia pode parecer atraente para aqueles que reduzem o fenómeno político à acção dos partidos políticos.

A denúncia da hegemonia socialista na UGT como argumento suficiente para criar uma nova estrutura sindical peca por falta de sustentação.

Com efeito, nem é sociologicamente justificável nem politicamente aconselhável uma tal estrutura

(Continua na página 10)

NA HORA DA DESPEDIDA



RUI RIO

«Vejo com alegria a grande diferença entre a recém-nascida JSD dos anos 70 e a importante organização que hoje existe (...). A JSD terá de continuar a ser sempre uma organização incómoda para o poder, muito principalmente quando o poder é exercido pelo próprio PSD»

1. A realização do nosso VIII Congresso Nacional em Tróia, marca, definitivamente, o fim da minha militância na JSD.

Foram mais de 10 inesquecíveis anos de actividade numa organização, que paulatinamente foi conseguindo angariar, ao longo dos tempos, o respeito da nossa sociedade política.

Umhas vezes em harmonia, outras com a ajuda de saudáveis divergências, foi a Juventude Social-Democrata construindo, por todo o País, não só as suas estruturas académicas e residências, como, fundamentalmente, uma solidez ideológica que, por vezes, bem

deve ser alvo da inveja de muitos políticos mais velhos.

Vejo com alegria a grande diferença entre a recém-nascida JSD dos anos 70 e a importante organização que hoje existe e que eu, com orgulho, sinto que ajudei a criar — às vezes, em momentos bem difíceis da vida política nacional.

Em tantos anos de militância, houve, naturalmente, muitas «guerras» travadas; umas com inegável êxito, outras, como tudo na vida, com o sabor amargo da decepção. O balanço final é, contudo, largamente positivo! Os pontos favoráveis, são muitos mais do que os negativos e,

se julgo ter dado o meu melhor à organização, chegou também a hora de publicamente agradecer à JSD o muito que ela me deu.

Como escola política e, até mesmo como escola da vida, todos estes anos que nela passei, são, indubitavelmente, um belo investimento para todo o meu futuro.

Habituei-me na JSD, a enfrentar e a ver enfrentar todas as campanhas políticas numa forma, que na vida política nacional, infelizmente, nem sempre é possível. Em todas as minhas tomadas de posição, ao longo destes anos, pude ser sempre eu mesmo, pois nunca precisei de abdicar,

conjunturalmente, das minhas ideias, para garantir a sobrevivência política. Se elas, nem sempre foram por todos totalmente entendidas, o que na realidade é uma grande verdade, é que a Juventude Social-Democrata como um todo, sabe entender, valorizar e, até mesmo, incentivar tal forma de estar. Esta, é aliás, quanto, a melhor virtude e a maior riqueza da JSD.

Em todos estes anos, julgo que a JSD sempre assumiu uma posição de dignidade e coragem, muito principalmente nas «batalhas» mais desgastantes e quicás mais inúteis, que foram as da sua postura face à vida interna conturbada que o PSD durante alguns anos atravessou. Muitas vezes incompreendidos pelos principais dirigentes do partido, soubemos, no entanto — porque os nossos interesses apenas eram o futuro da juventude — dar força à justiça, ao equilíbrio e à tolerância.

Se após a criação da Secretaria de Estado da Juventude, por nós desde sempre reclamada, muitas das nossas propostas foram levadas a cabo, outras há,

que, com considerável aquidade, necessitamos de continuar empenhadamente a tratar.

2. A JSD terá de continuar a ser sempre uma organização incómoda para o poder, muito principalmente, quando o poder é exercido pelo próprio PSD. Os grupos de interesses instalados na nossa sociedade, aos quais os «seniores» são naturalmente muito mais vulneráveis, são logicamente adeptos de um con-

servadorismo castrador do desenvolvimento. Porque é precisamente a juventude a mais prejudicada com essa resistência à mudança, a «Jota» tem, naturalmente, de ser um adversário político muito feroz de tais situações, injectando no partido a força, que ele próprio muitas vezes necessita, quando esses obstáculos se levantam.

Em grande medida pela idade dos seus membros, a

(Continua na página 10)

1

TRÓIA - 20, 21 e 22 de Outubro

VIII CONGRESSO

88

JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA **JSD**

LISTAS CANDIDATAS AO CONGRESSO nas CENTRAIS

destaque

DELEGADOS AO VIII CONG

Por motivos de ordem técnica, ligados à hora de fecho da edição, só nos é possível publicar os nomes dos delegados que deram entrada na Mesa do Congresso Nacional até às 18.00 horas, sendo a lista completada na próxima edição.

MESA DO CONGRESSO

Pedro Pinto
Mário Belo Maciel
João Carlos C. Silva
Fernando Barbosa e Silva
Pedro Gomes

CONSELHO NACIONAL

Pedro Vinha
Rui Rio
Jorge Catrau
Luís Maurício
Raul Marques
António Costa Rodrigues
Maria Clotilde Ribeiro
Adriano Azevedo
Marciano Lopes
José Pedro Figueiredo
Jorge Manuel Afonso Magalhães
Luís Barros Figueiredo
Luís Filipe Caboz
João Carlos Dias Coelho
João C. B. Duarte
João Luis Pereira Martins
António José Correia Mocito
João Manuel Miranda Esteves
António Paulo Bento
Paulo Jorge Mourão Serrano
José António Sousa Calado
José Carlos Lopes
Fernando Jacob
Júlio Manuel Faria Castro
José Luis Miranda
Vasco Alexandre Dina Cabral
Fernando Tinata Ferreira
José Joaquim Cancela Moura
Maria Aurora Vieira
Licínio Bingre Amaral
Carlos Bento
Hermínio Gonçalves
Amílcar Mourão
Jorge Brandão
Victor Raposo
Nuno Miguel A. Santos
José Oliveira

Justo Carlos Guerra Pinto
Vitor Gonçalves
Feleciano B. Duarte
Fernando Marques
Joaquim A. Rebelo
José Manuel Meireles
Isilda Aguincha
Manuel Mourinho
João Paulo Alves
Pedro Rocha
Carlos Rebelo
Vitor Cruz
António Matos
José Lino T. Gomes
João D. A. G. Luís
Comiss. Aca. Porto
Comiss. Aca. Porto
Raul Gonçalves
Paulo Reis Silva
Emídio Guerreiro
Carlos Páscoa
António Dieb
Paulo Moreira
Jardim Ferreira
Guilherme Correia
Mário Gonçalves Marques
Francisco S. Rodrigues
Ricardo Lopes Moreira
José António
Arnaldo João Teixeira
Vicente Pedreira
Armando Militão
Eduardo P. Silva
Jaime Milhomens
João Álvoro Pocas
João P. Matos
Jorge Paulo R. Cunha
Paulo Guedes Silva
Manuel Duarte

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Carlos Miguel Coelho
Pedro Passos Coelho
Miguel Macedo
Miguel Relvas
João Granja
João Pina Prata
Nuno Silvestre
António Balão
Jorge Costa
Luís Monteiro
Fernando Pereira
Ricardo Madruga da Costa (ref. dos Açores)
António Franco Fernandes (ref. da Madeira)



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Francisco Nogueira Leite
Maria João Vieira
Francisco Xavier
Carlos Figueiredo
Maria do Céu Ramos

AÇORES

Rolando Lavanda Gonçalves
Carlos A. da Silva de Lima
Sandra M de S. Garcia
Isolino M. M. Monteiro
António C. M. Ávila
Jorge M. Ávila da Silveira
José A. O. G. Dutra
Humberto N. Rodrigues
Luís Filipe R. M. da Silva
Paulo Jorge F. Marcos
Lídio M. B. da Rosa
Luís P. E. Pereira
Paulo Ricardo C.
Coutinho V. dos Reis
Manuel Fernandes C. Ávila
Duarte M. C. P. Pimentel
José R. Aguiar
José M. M. Andrade
Luís Alberto C. C. de V. Rêgo
João M. Almeida V. Arruda
Ana Carolina G. Silva

MADEIRA

José António Coito Pita
António Jorge dos S. Pereira
Miguel Filipe M. de Albuquerque

Duarte Nuno C. Sena Carvalho
José Elmano F. Gonçalves
Manuel G. Pestana
Henrique F. M. C. Silva
Gilberto Manuel F. Garrido
Hermani Helena F. A. Rodrigues
Rui I. S. Abreu
Jorge M. Rodrigues Gonçalves
João Paulo C. F. César
Juan C. Assunção
Pioquelino C. de Onelas
Jorge E. F. de Moura C. de Freitas
José Bernardo R. Abreu
Alcino R. Ferreira
Ricardo E. A. Silva
Fátima M. A. Cardoso
Estela do Carmo F. Fernandes
Nílio S. Neves
Jorge E. da S. Gonçalves
Maria G. G. Capelinha
João F. P. de Jesus
José Luís Ponte Figueira
Avelina A. F. Pereira
Manuel B. Pita, Inácio
Gabriel N. A. de Freitas
Jocelino José Velosa
Manuel Marques Spínola
Sidónio B. Fernandes
Carlos Alberto C. Barbosa
Celso M. V. Mendes
Edegar V. C. Correia
Manuel Artur Teixeira
João Manuel C. Lobato
Carlos de S. Pereira
José Joaquim Pereira
Fernando António Gonçalves
Miguel D. J. H. da Horta
João Manuel Dias Barcelos

ÁREA OESTE DE LISBOA

Luciano José A. Gomes
Dalila Carmo M. de Jesus
Rui Sérgio R. Costa
Maria Laura L. S. L. Carvalho
António Pedra da Cruz Valente
Joaquim Jorge N. Lourenço
Ana Cristina G. M. Manso
Adélia Maria F. C. Manso
Adélia Maria F. C. Borges
Duarte R. M. V. Pacheco

BEJA

Maria de Fátima B. S. N. Contreiras

Pedro M. Pinheiro Carvalho
Helder M. Fialho Guerreiro
António Jorge R. Pereira
José Domingues N. Velez
Maria do Carmo F. Rodeia
Eduardo J. C. Sousa Paiva
José A. P. G. Bonito
Luís Manuel C. Trindade



BRAGA

Rui Manuel Barbosa
Francisco José Barros Marques
António Joaquim G. Bastos
Carlos Alberto Barbosa F. Simões
José Ricardo C. L. Silva
João Paulo Martins C. Macedo
Maria B. Rodrigues
Adelino M. P. M. Silva
Fernando Alexandrino O. M. Cosme
Manuel Nunes C. Silva
Mário Alberto Valério
Jorge José Pereira
Luís Artur R. Pereira
Humberto M. M. Carneiro
Paulo Alexandre M. Costa
Eugénio F. C. Marinho
Francisco J. M. Silva
José António P. Lima
Inocência Peixoto
José Alberto G. Oliveira
José Francisco C. Matos
Luís Filipe M. Lima
Joaquim Camilo S. Meneses
Vitor Manuel G. M. L. Moreira

BRAGANÇA

Ana Olinda dos Santos
Vitor Manuel A. Augusto
Raúl Joaquim P. Silva

Luís M. Ferreira Silva
Francisco J. C. Gaspar
Francisco J. G. Martins
Manuel Fernando M. Rocha
Francisco J. Freire Padrão
António da Cunha Magalhães
Luís de Fátima T. Beleza
Ângela Maria S. Lourenço
Armindo J. A. Rodrigues
Francisco A. Carvalho Pinheiro
Rui Adérito M. F. Meireles
Eduardo Rui P. Coelho

CASTELO BRANCO

José Carlos P. M. B. Ferreira
Eduardo M. S. Marçal Grilo
Anabela de Jesus F. R. P. Rocha
Pedro Miguel M. P. Rocha
Nuno Miguel Borges P. Pombo Costa
José Pedro C. S. Mosa
Isabel Maria B. Carrilho
Jorge Domingues S. Canes
Francisco M. Martins Grácio
José Luís A. Levita



COIMBRA

Juan António Cruz Nascimento
António Garcia Rodrigues
Nuno Miguel M. O. S. Freitas
António Fernandes G. Soares
Rui José Oliveira Amado
João Manuel Falcão
Fernando José Mesquita M. Soares
Maria Fernanda C. Manata
Paulo Jorge Miraldo
João Paulo T. C. Barata

destaque

RESSO NACIONAL DA JSD

Jorge António Rodrigues
Dias
Gonçalo Nuno C. Leme
Mendonça
João Carlos Gomes
Madeira
António César F. Sousa
Carlos Manuel Gonçalves
Carreiro
Pedro Manuel Tavares L.
A. Saraiva
Luís Figueiredo Oliveira
Victor M. M. Gaspar
Maria João Matos Cabo
Pedro José Batista
Rodrigues
Rui Manuel Santos

ÉVORA

João M. da S. P. Teixeira
Rui M. V. Arvana
Álvaro António G.
Borrinho
Nuno Miguel P. Correia
Maria do Carmo B.
Ramos
Pedro M. C. de
Mendonça Santos
José A. M. da Silva
António M. M. de O.
Paulino
Ana Margarida P. Correia

FARO

João Francisco R. S. G.
Bento
Carlos Filipe Sousa Leal
Sérgio M. P. Vicente
Maria Cristina Oliveira e
Silva
José Luís Silva Nunes
José Luís C. Samblano
Silvino M. Mira Correia
Nuno Miguel S. C.
Ramos
Estevão Carlos V.
Raminhos
Armando C. F. Serro

LISBOA

Rui Paulo S. Frade
Ribeiro
Victor Manuel R. M. Reis
Anabela Conceição S. J.
Carvalho
João Carlos S. B. Dias
Coelho
Gabriel Goucha
Francisco Cândido G.
Sanches
Maria Teresa M. Dantas
Rui Manuel M. Rodrigues
Maria Manuela M. M.
Murta
Arsénio M. Freixo
Arrifana

12 de Outubro de 1988



JOVEM SOCIAL DEMOCRATA JSD

Luís Manuel C. Almeida
Manuel Augusto M.
Martins
João Carlos S. Jerónimo
Nuno António F. S. Silva
João Paulo B. Valente
Victor M. B. Murtinho
José Carlos B. B. Costa
Paulo Cristiano Simões
Jorge Manuel V. S.
Penedo
Luís Manuel F. Abreu
Pedro M. F. N. Cassita
António Joaquim S.
Moreira
Francisco José A. B.
Mello
Nuno A. Morais
Sarmento
Sandra Maria L. Alves
Jorge M. Laurence
Jacinto
Rui Miguel Palmeira
Pedro L. C. Caldeira
Santos
Pedro José Henriques
Valido
Marco António R.
Nascimento Alves
Carlos Manuel S. Silva
Nuno Miguel Rocha Leite
Luís Carlos David Nobre
Pedro Miguel R.
Rodrigues
Rodrigo Alexandre S.
Pinto
Carlos Fernando P. F.
Matos
Rui Alexandre S. Andrade
Luís Manuel M. Murta
António Manuel M.
Nobre
Victor Manuel C. Silva
Fernando Pedro S.
Moutinho
Elizabete Silva Ferreira
Pedro Oliveira Nobre
Costa
Helena Isabel Rodrigo
Costa
Pedro M. Macieira
Fragoso
João José Morais Almeida
Maria Ivone Francisco
Texugo
Pedro Manuel M. Torres

José Luís Fernandes
Cunha
José Eduardo M. Martins
José Luís Resende M.
Silva
Maria Piedade Cardoso
Correia
José Américo A. de
Andrade

LEIRIA

Luís Diogo P. M. Alves
— Mateus
Vitor M. C. Rosa
Pedro M. Barreiras
Cavalheiro
António Francisco Silva
Maximiniano
Luís M. R. G. Freire
Teresa M. Guilherme
Nicolau
Paulo Oliveira S. Coelho
Fernando Miguel Milheiro
Luís Manuel P. M.
Ribeiro
Rui M. F. B. Santos
João Paulo F. Mateus
Carlos Manuel Bonifácio
Victor José S. Santos
João M. Gomes Marques
Valda Noivo
José — Gil P. L.
Carvalho
José Jorge C. Vala

12 de Outubro de 1988



JOVEM SOCIAL DEMOCRATA JSD

PORTALEGRE

Mário L. M. Condessa
José F. B. Nabo
António M. A. C.
Santana
Alcino Inês dos S. Silva
Rui A. P. Castanheira
Sandra P. Castanheira
José L. T. de Matos

PORTO

Francisco José Gama
Adão

M. Conceição Magalhães
Sousa
José António D.
Figueiredo
M. Gabriela M. Pereira
João M. Fonseca
Luís Manuel Luna
Firmino J. Pereira
Maria Margarida Neves
Torres
Arcanjo M. Pereira
•Araújo
Jaime M. M. Lopes
Joaquim Oliveira Couto
Artur Manuel Andrade
José Pedro Mariz
João Pedro L. Pimenta
Rosa M. F. Guimarães
Armando J. C. Batista
Diogo S. Vasconcelos
Luís Miguel C. S.
Machado
Marto J. C. O. Rebelo
Alberto M. Pedrosa
José Carlos R. Alves
Rui Isabel Pereira Leite
Mário J. Magalhães
Ferreira
António Manuel Pinto
Costa
Francisco M. C.
Magalhães M. Aguiar
Arménio T. Lopes
Ondina M. R. Costa
José Horácio B. T.
Peixoto
António José N. R.
Castro
Ângelo M. Cruz Ramalho
Mário T. Lopes
José Eduardo B. A.
Loureiro
Henrique M. M. S.
Vasconcelos
Maria Marta F. G. Silva
Luís André F. Pisco
Daniel A. M. Oliveira
Rui Amílcar F. Oliveira
Paulo F. Pinto Silva
Carlos A. B. Magalhães
Paulo Maurício Meireles
Bento
M. Manuela Carvalho
Teixeira
Francisco Jaime P. A.
Renato M. V. Antunes
Sérgio André C. Vieira
Rui Jorge P. Gonçalves
Paula M. Albuquerque
André D. R. Pinto
Rui Alexandre R. Baptista
Fernando A. Morais
Queirós

SANTARÉM

Maria Paula B. Carloto
Castro
Alfredo José Pita P.
Gonçalves
João José Resende

Pedro Miguel Nunes
Pereira
Victor Manuel S. Verejão
Luís Miguel Cotrim Dinis
Victor Manuel Inácio
Coelho
João Maria Cordeiro
António João Venâncio
Carvalho
António Joaquim Fitas
Rodrigues
Júlio Dinis M. F.
Figueiredo
Ana Bela Honório Matias
Luís Manuel Santos
Valente
Vasco Manuel Henriques
Cunha
Luís Filipe Monteiro Faria
Abrantes
António José Gomes
Domingues
João Filipe Loja
Helena Cristina Mendes

SETÚBAL

António Francisco
Salgueiro
António Alberto L.
Carreira
António Lourenço L. R.
Duro
Helder A. S. Pisco
Bruno Jorge V. Vitorino
Luís Filipe R. Riso
Paulo S. Nascimento
Fidalgo
Simão Carlos A. M.
Cortiço
Armando Luís G.
Marques
Rui Fernandes M. Mendes
João Manuel P. Afonso
António E. A. Farto
Duarte Sérgio L. M.
Correia
José Nuno Vaz
Nascimento
Júlio César C. Barbosa
José Luís M. Gamito
José João Massafina A.
Silva
Paulo Jorge S. Pisco
Carlos Manuel T. Gamito
Pedro G. T. Trovão do
Rosário

VIANA DO CASTELO

Maria Cerqueiro Barbosa
Alberto Luís Oliveira Vilas
Secundino Manuel
Miranda Coutinho
José Luís V. da Cunha
César Augusto C. M. V.
de Brito

Manuel Fernando de P.
Pedreira
Victor Manuel F. Barbosa
Paulo Manuel E.
Rodrigues

VILA REAL

Eurico Jorge S. M.
Pereira
Luís Jorge N. Ribeiro
José Manuel de C. Pinto
José Manuel F. da Costa
Paulo Joaquim dos S.
Pereira
João Luís A. Gonçalves
Helder M. Ferrão Freitas
Manuel B. da S. Pinto
José Luís da S. Ferreira
António M. M. Adegas
Raúl J. Sousa P. C.
Gonçalves
José Paulo P. Monteiro
João M. Morais Xavier
António José P. da Cruz
Alberto J. A. Cruz
António Luís da Costa
Januário
Helder M. Ferreira
António A. Almeida
Rodrigues

VISEU

António Figueiredo
Paulo Jorge C. Oliveira
Ana Maria F. Fernandes
João Ferreira Pires
Luís Manuel F. Simões
José Carlos S. Magalhães
António Manuel C.
Roçado
Luís Martins M. Aires
Paulo Jorge Cardoso
Domingos Manuel P.
Nascimento
Ângela Maria Bastos
Lima
Manuel Almeida Silva
Jorge Manuel Silva
Almeida
Bernardo P. B. R. Silva
José António F. Mendes
Costa
Augusto D. S. Azevedo
Fernando M. Almeida
Ribeiro
José Manuel G. Oliveira
Rui Manuel G. Tomás
Costa
João Domingos Almeida
Ferreira
Luís Pedro Abreu
Rui Manuel Formoso P.
Lourenço
Amadeu António Pais
Silva

destaque

SINDICALISTAS E POLÍTICOS

(Continuação da página 7)

que surgiria sempre com uma conotação político-partidária demasiado evidente. Ideologicamente, não é sustentável encontrar tão profundas divergências que pudessem motivar um alinhamento estratégico de sindicatos para objectivos diferentes dos que a própria UGT defende.

Aqueles que defendem esta posição têm da política uma perspectiva reducionista e mais virada para o poder em si e para os interesses individuais.

A defesa de uma nova Central Sindical só pode partir de sectores políticos que defendam perspectivas partidárias que são inteiramente legítimas

A política, e, por consequência, o poder, constituem uma relação complexa de realidades e vontades que se exprimem de forma diversa, que não podem limitar-se ao exercício do poder político (ou governamental) pelos partidos

nem à satisfação de interesses individuais de algumas clientelas.

A defesa de uma nova Central só pode partir de sectores políticos que defendam perspectivas partidárias (que são inteiramente legítimas) mas que

não podem ser confundidas nas suas posições com sindicalistas que enquanto tal devem defender os seus associados e não os interesses dos partidos a que eventualmente pertençam.

Decorre daqui uma manifestação de incredulidade quando sindicalistas vêm provocar eles próprios situações de divisionismo no movimento sindical, o que é grave, na medida em que quanto mais fortes forem os parceiros sociais, mais forte será o poder e também mais eficiente.

NA HORA DA DESPEDIDA

(Continuação da página 7)

Juventude Social-Democrata, desde sempre valorizou o importante princípio, que mais vale ser do que ter. E, aliás, por essa razão, que a organização ao gerar inimigos de circunstâncias, tem, no entanto, conseguido obter muitas vezes à posteriori, o respeito e admiração de quem, no calor da luta pelos interesses, nem sempre consegue discernir claramente os dois lados das questões.

Uma grande arma da JSD, e simultaneamente o seu melhor investimento, terá de continuar a ser o de não pactuar com situações que ponham em causa o modelo de sociedade que, à luz dos mais sãos princípios sociais-democratas, pretendemos ajudar a construir.

Por isso, tanto é cor-

recto, afrontar conscientemente uma instituição militar quando ela não respeita os mais nobres princípios da dignidade da pessoa humana e esconde a verdade em inquéritos inconclusivos, como estar na vanguarda da luta contra toda a espécie de corrupção que, tantas e tantas vezes, afunilam o desenvolvimento de Portugal.

Não me esqueço, também, que foi a JSD, que, pela primeira vez no âmbito do partido, conseguiu discutir livre e abertamente a questão do aborto, tema tabu na sociedade portuguesa.

É, assim, mais um dos muitos factos da já rica História da organização, que muito orgulha quem a ela pertence e que, se continuar nesta senda, por

certo, augura bons momentos para o futuro do PSD e do País... pois a JSD de hoje, é, naturalmente, o PSD de amanhã.

3. Tenho confiança, que por tudo o que fomos e continuamos a ser, não se irá perder no futuro. A JSD será sempre a JSD, pois acredito que desde o militante anónimo do seu Presidente, todos o vão continuar a saber defender e promover os principais valores, que, com muito custo, foram sendo conquistados.

Este meu divórcio da actual «Jota», será naturalmente passageiros. Inevitavelmente, todos nos encontraremos de novo, dentro em breve, para, com o nosso estilo, lutarmos — com armas bem mais fortes — pelo engrandecimento do nosso País.

Para isso é, no entanto, importante que a maioria da JSD se continue a mover por projectos, castigando sempre quem se mover por lugares.

Em nome da minha própria experiência, sinto a obrigação de encorajar a nunca desistirem — mesmo quando o moral a isso nos quer forçar — todos os que ficam a colaborar na obra que se vai continuar a erguer. Na vida nada se consegue sem luta e sacrifício, mas, depois de tudo passado, sempre se reconhece que valeu a pena.

Na hora da despedida, em que naturalmente se impunha acabar com um Viva à JSD, prefiro, no entanto terminar, pelo muito que isso para mim realmente significa, com um Muito Obrigado à JSD.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

MOSCAVIDE

Em Assembleia realizada no passado dia 1 de Outubro, foram eleitos por unanimidade os seguintes órgãos:

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — Paulo Jorge Guedes Silva

Vice-Presidente — Gustavo Luís Sequeira Páscoa e Maria Manuela Duarte Nascimento

Secretária — Isabel Maria Cardoso Salvador

Vogais — Vitor Carvalho Gonçalves, José Carlos Nicolau Ricardo, Armando Manuel Duarte Nascimento e Fernanda Maria Cardoso Salvador

Suplentes

Paulo Jorge Cardoso Salvador, Maria Dulce Ortiz Vaz e Melo, Ana Margarida Sequeira Páscoa, Vitor Manuel Neves Gonçalves e Anabela Cristina Nunes Rocha

CONSELHEIROS DISTRITAIS

António Manuel Marques Torres, Fernanda Maria Cardoso Salvador, Gustavo Luís Sequeira Páscoa e Maria Manuela Duarte Nascimento

Suplentes

Vitor Carvalho Gonçalves, Armando Manuel Duarte Nascimento, Isabel Maria Cardoso Salvador e José Carlos Nicolau Ricardo.

VISEU

Em Conselho Distrital, realizado no passado dia 17 de Setembro, elegeram-se os Delegados à Assembleia Distrital do P. S. D. — Vi-

seu, que passam a ser os seguintes:

Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Luis Manuel Fernandes Simões, Melchior Ribeiro Pereira Moreira, Luis António de Almeida Cesário, António Manuel Costa Roçado, Fernando Ermida Rebelo, Paulo Miguel Gomes dos Santos, Jorge Manuel da Silva Almeida, Paulo Jorge Andrade Cardoso, João Carlos Carvalho Onofre, João Domingos de Almeida Ferreira, Maria de Fátima Tavares Mendes, Manuel Silva, Rui Boudoso, Bernardo Pais Borges Rodrigues Silva, José António Ferreira Mendes da Costa, Manuel José Gaspar Oliveira, Glória Carvalho, José Manuel Baptista, Luís Manuel Martinho Aires, Ana Maria Ferreira Fernandes, Paulo Rui Santos Oliveira, Carlos Manuel Albuquerque Pereira, Fernando Paulo Cardoso Valor, Rui Manuel Gomes Tomás Costa, José Carlos Sequeira Magalhães, Margarida Alexandra C. Sousa Albuquerque, Maria Vandoma Lopes Sousa Rêgo, João Carlos Dias A. Araújo, Paulo Chaves, José Alfredo Pereira Costa, José Manuel Gomes de Oliveira, António Manuel Carneiro de Oliveira, José Maria Ribeiro Oliveira, Fernando Paulo Ferreira Monteiro, David António Ribeiro Barreiros, Fernando Ferreira Amaral, Luís Laginhas Vieira, Agostinho Manuel César, Maria de La Salete Almeida Duarte, Rui Manuel F. P. Lourenço e Carlos Paredes.

A MULHER E A COMUNIDADE EUROPEIA

O objectivo do melhoramento da Condição da Mulher na Comunidade, está, pois, em vias de realização do ponto de vista regulamentar, mas as discriminações estão enraizadas nos costumes e é necessária toda uma série de acções nos domínios da Informação, da Educação e dos Serviços Sociais para modificar as atitudes existentes.

A condição feminina tem repercussões económicas e sociais muito importantes: sobre a Natalidade, a Prevenção Médica, a Educação, a Cultura, a coesão da célula familiar, a proporção entre as pessoas activas e as pessoas improdutivas, o nível dos salários e a oferta de trabalho.

Nas Sociedades Não Industrializadas as Mulheres são economicamente activas por causa das diferentes produções e transformações artesanais que efectuam no Lar. A Revolução

Industrial, a Urbanização e a elevação do nível de Vida libertaram a maior parte das Mulheres da Europa destas penosas tarefas, mas, ao mesmo tempo, tornaram-nas economicamente inactivas ou quase. Elas compram as roupas e os produtos alimentares já feitos e os equipamentos mecânicos e eléctricos aliviam uma grande parte das suas funções domésticas. Mais cedo ou mais tarde cansam-se desta situação e reivindicam a sua completa integração na Economia moderna.

Foi assim que nasceram os problemas de emprego das Mulheres que não existem nas economias tradicionais, se a maioria dos aspectos da condição feminina só lentamente podia ser afectada pela harmonização dos sistemas Sociais resultante do funcionamento do mercado comum, a desigualdade de facto nas

condições de emprego e de remuneração entre Homens e Mulheres era um problema económico imediato que tocava os fundamentos do Mercado Comum.

Com efeito, a concorrência entre Países da Comunidade poderia ser falseada pelo emprego em alguns deles de Mulheres mais mal pagas, que os Homens para um mesmo trabalho.

Para mais, a desigualdade entre os sexos nas condições de emprego e de remuneração só poderia ser suprimida por uma acção comunitária, porque nenhum País poderia proceder por si só a uma reforma que arriscava alterar em seu desfavor as condições de concorrência, especialmente nas Indústrias que empregam muita mão-de-obra Feminina.

Em 1976-77 a Comissão Europeia organizou 2 serviços especializados nas questões Femininas, um junto da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais da C.E. e outro junto da Direcção-Geral de Informação da C.E. A sua finalidade é fazer com que as Mulheres, os empregadores e os educadores tomem consciência da necessidade e do significado da completa integração das Mulheres Europeias. Esperamos também que o nosso País, em plena integração Europeia, não ponha de parte o problema da integração da Mulher na Sociedade e na Comunidade Europeia, e que as amarras Sociais tradicionais não impeçam que as Mulheres demonstrem o seu valor e as suas capacidades.

MARIA JESUS REBOCO

CONVOCATÓRIAS

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da J.S.D., convoco o Plenário de Secção de Alcobaca, a reunir ordinariamente no dia 15 de Outubro de 1988 pelas 15 horas, na Sede do P.S.D., sita na Rua D. Pedro V, nº 3, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Aprovação do Regulamento Interno
- 2 — Eleição da Mesa do Plenário
- 3 — Eleição da Comissão Política de Secção
- 4 — Eleição dos Conselheiros Distritais.

O Presidente da Mesa
Nota: As listas concorrentes às diversas eleições devem ser entregues ao Presidente da Mesa, até à hora marcada para o início do Plenário. Deverão as listas conter a declaração de aceitação por parte dos diversos membros.

BRAGANÇA — CONSELHO DISTRITAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD de Bragança, para uma reunião extraordinária a realizar na Sede Distrital do PSD, no dia 22 de Outubro do corrente ano, sita na Praça da Sé, em Bragança, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Eleição dos Órgãos Distritais
- 3 — Autarquias Locais

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

Francisco Gaspar

Produto interno bruto deverá crescer até 1992 — 4 por cento ao ano

O Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 4 por cento em 1989 e anos seguintes, até 1992, indica o documento «Portugal-1992» onde se incluem as Grandes Opções do Plano (GOP's) 89-92 e as GOP's 89

DE acordo com aquelas estimativas, a economia portuguesa vai continuar a evoluir de forma favorável nos próximos anos. Segundo o documento, em 1989 vai prosseguir a consolidação do desenvolvimento e modernização do País, prevendo-se que o ritmo de crescimento do PIB tenha efeitos favoráveis no mercado de trabalho português que já é dos mais estáveis na Europa.

Recorde-se que o desemprego no nosso País é o segundo mais baixo da Europa. As GOP's apontam que, mesmo assim, a taxa de crescimento do emprego deverá ser aproximadamente 1 por cento, fazendo com que o desemprego continue a baixar para cerca de 6 por cento.

A proposta aprovada pelo plenário ministerial, para os próximos quatro

anos, aponta claramente que a Economia portuguesa vai ter um crescimento mais rápido que a generalidade das economias europeias o que facilitará a diminuição do fosso que separa Portugal dos restantes parceiros comunitários.

A proposta foi elaborada por uma equipa do Ministério das Finanças e da Secretaria de Estado do Planeamento e na qual participaram também Roberto Solow, prémio Nobel da Economia 1987, Richard Eckaus, economista norte-americano e ainda, a título individual, Miguel Beleza, administrador do Banco de Portugal.

De acordo com aquela proposta, as Grandes Opções do Plano 1989-1992 serão caracterizadas pela seguinte evolução macroeconómica (ver quadro): o consumo total vai crescer 3

EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA 1989-92 (1)

Taxa de variação em volume

Consumo Total	3
FBCF	7 3/4
Procura Interna	4 1/4
Exportações	6 1/4
Procura Total	4 3/4
Importações de Bens e Serviços	6 1/4
PIB	4

(1) Em consonância com o PCEDED

por cento, a formação bruta de capital fixo, 7,75 e a procura interna deverá aumentar 4,25 por cento.

A procura total deverá situar-se em cerca de 4,75, ao mesmo tempo que as exportações e as importações de bens e serviços deverão ter uma taxa de variação que se situará em 6,25 pontos percentuais para cada prato da balança.

Todas as taxas de variação apresentadas referem-se à evolução prevista daquelas vertentes macroe-

conómicas, analisadas e estimadas em média anual, para o período de 1989 a 1992.

Relativamente aos objectivos para 1989, o crescimento económico equilibrado, salvaguardando o equilíbrio das contas externas, é uma meta a prosseguir pelo Executivo.

As GOP's 89 salientam que os esforços para a desaceleração da inflação vão prosseguir, prevendo-se que a mesma se situe, no final do ano, entre 5 e 6 por cento.

Para que esta meta seja atingida, o Governo estima uma evolução dos rendimentos que, ao traduzirem acréscimos reais, sejam consistentes com o objectivo desinflationista.

Relativamente à procura global, o Executivo estima a sua desaceleração. A desaceleração deverá também verificar-se no crescimento das importações, cujo ritmo poderá descer para cerca de 7,75 por cento.

A balança de transacções correntes deverá, entretanto, manter um saldo «não preocupante».

prevendo-se que possa atingir um montante negativo da ordem dos 500 milhões de dólares (cerca de 1,2 por cento do PIB).

Em 1989, é estimada também a desaceleração do crescimento da procura interna (para cerca de 4,75 por cento) que deverá ser beneficiada por um crescimento do consumo mais moderado (3 por cento) e tendo em atenção o quadro de modernização da Economia portuguesa.

Desenvolvimento é a meta para 1992

Relativamente ao período 1989 a 1992, as três grandes opções do Executivo, que regerão a política de desenvolvimento, são as seguintes: informar e mobilizar a sociedade; valorizar os recursos humanos e fortalecer o tecido social; reconverter e modernizar a Economia.

A partir destas três grandes opções, o Executivo decidiu algumas prioridades. No entanto, sublinhe-se desde já, a grande meta a atingir em 1992 tem a ver com a reconversão e modernização da Economia nacional, de modo a aproximá-la das comunitárias na década de 90.

Partindo deste pressuposto, serão privilegiados os investimentos em infra-estruturas e na modernização do tecido empresarial, englobando a organização e melhoria da formação e da gestão.

A educação, no entanto, merece prioridade especial nas Grandes Opções do Plano 89/92, estimando-se em 240 milhões de contos o total a atribuir a esse sector e à formação profissional, o que revela uma taxa de crescimento, em média anual, de cerca de 24 por cento.

Relativamente à formação profissional, o objectivo é valorizar os recursos humanos, possibilitando às empresas mão-de-obra qualificada que, obviamente, terá reflexos nos domínios da produtividade e competitividade.

As GOP's 89/92 propõem ainda uma correspondência estreita entre a concessão de incentivos fiscais e financeiros na agricultura, indústria e serviços e os objectivos da política económica.

Neste sentido, propõem, nomeadamente, o apoio ao desenvolvimento da agricultura através da introdução das novas tecnologias e incentivos ao rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola.

Produtos florestais avultam na exportação

PORTUGAL exportou, no primeiro semestre deste ano, 110 milhões de contos de produtos florestais, valor que é superior em 11,9 por cento ao registado em igual período do ano passado.

O saldo da balança comercial aumentou, no mesmo período, 7,3 por cento, cifrando-se em 79,1 milhões de contos, contra 73,7 nos primeiros seis meses de 1987, anunciou ainda o Instituto dos Produtos Florestais.

No período em análise, as importações de produtos florestais cresceram 25 por cento, situando-se em 31,5 milhões de contos. Até meados de 1987, as importações daquele tipo de produtos atingiram 25,2 milhões de contos.

A pasta celulósica continua a representar o grosso dos produtos exportados no sector. No primeiro semestre deste ano, representou 35,9 por cento do total do valor exportado. Seguindo-se-lhe a cortiça, com 25,7 por cento, a madeira, com 22,6 por cento e a pasta de papel com 9,6 por cento.

Quanto às importações,

o grosso coube ao papel, com 54,6 por cento do total importado. Medidas em termos de montantes, as importações de madeira obtiveram o segundo lugar com 29,1 por cento do total.

Relativamente à cortiça, a balança comercial portuguesa pode ser descrita, relativamente aos primeiros seis meses de 1987 e 1988, da seguinte forma: Portugal exportou, até Julho deste ano, 28,3 milhões de contos, contra 23,6 milhões em igual período de 1987; as importações atingiram, nos mesmos semestres, respectivamente 2,1 e 1,8 milhões de contos.

A rolha de cortiça natural, neste sector, representou cerca de 55 por cento do total exportado de Janeiro a Junho de 1988.

A indústria de celulose, por outro lado, vendeu este ano 39,7 milhões de contos em pasta de papel ao estrangeiro (mais 11,5 por cento que em 1987). Nas importações, a pasta celulósica representou 1,3 contra 3,9 milhões de contos nos semestres iniciais de 1988 e 1987, respectivamente.

PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS

	1985	1986	1987	1988
Taxa de variação em volume				
Procura interna	0.8	8.7	9.9	6.6 (a)
Consumo privado	1.2	6.8	6.8	5.0 (a)
Formação bruta de capital fixo	-1.3	9.4	19.5	13.0 (a)
Exportações de bens e serviços	11.7	7.4	10.2	6.0 (a)
Importações de bens e serviços	3.9	17.5	24.1	12.5 (a)
PIBpm	3.5	4.5	4.8	4.0 (a)
Milhões de dólares				
Balança de transacções correntes	386	1150	648	-110 (a)
(% do PIB)	(1.7)	(3.9)	(1.8)	(-0.3)
Dívida externa	16 682	16 301	18 360	16 937 (b)
(% PIB)	(74.2)	(54.4)	(46.0)	39.8(b)
Taxa de variação				
Termos de troca	4.1	10.7	3.0	-0.7
Taxa de câmbio efectiva	-11.4	-8.2	-5.7	-3.5 (c)
Índice de preços no consumidor	19.0	13.1	10.2	8.75 (g)
Com habitação	-0.5	0.2	2.0	1.5 (a)
Em % da população activa				
Desemprego: Sentido lato	10.4	10.2	8.5	7.3 (d)
Sentido restrito	8.6	8.5	7.1	6.1 (d)

(a) Estimativas de 27 de Setembro de 1988 que serão revistas até à apresentação das GOP's à Assembleia da República em 15 de Outubro.

(b) Maio

(c) GOP's 88

(d) 2º trimestre

(e) Junho

(f) OE 88

(g) Ministério das Finanças

Fonte: Banco de Portugal, Departamento Central de Planeamento, Instituto Nacional de Estatística.

Na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

Soares Costa agradece solidariedade com Povo Português

Na sessão de abertura da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o deputado social-democrata Soares Costa, Presidente da Delegação Portuguesa, agradeceu a Declaração de Solidariedade que lhe fora dirigida pelo Presidente daquela instituição europeia.

NO seu discurso de abertura da sessão de Outono da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o respectivo Presidente, Deputado Louis Jung, produziu uma declaração na qual se solidarizou com o Povo Português e com a Cidade de Lisboa, pela enorme perda para o Património histórico e cultural da Europa que constituiu a tragédia de incêndio do Chiado.

O Presidente Jung salientando a importância do sinistro e o sofrimento que ele terá constituído para todos os atingidos dirigiu à Delegação Portuguesa amáveis palavras de solidariedade em nome da Assembleia Parlamentar.

O Presidente da Delegação Portuguesa, deputado Soares Costa, agradeceu aquela Declaração de solidariedade com as seguintes palavras:

«Em nome da Delegação Portuguesa, do Povo Português e da cidade de Lisboa, que aqui também provavelmente represento como deputado eleito, quero manifestar a V. Ex.^a o nosso reconhecimento pela Declaração que acaba de proferir e pelos sentimentos de solidariedade que em nome desta assembleia Parlamentar do C. E., amavelmente, nos quis dirigir.

Na madrugada do dia 25 de Agosto do corrente ano, o centro da cidade de Lisboa foi atingido por um violento incêndio que deflagrou num dos grandes armazéns da zona do Chiado, o qual pelas proporções que atingiu — pôs em risco uma vasta área do Centro Histórico da nossa capital.

Para além dos avultados prejuízos materiais e sociais que causou, a catástrofe fez desaparecer de um momento para o outro, um património histórico e cultural de valor incalculável. Pela sua dimensão e importância o valor daquilo que foi destruído pelo fogo, transcende em muito a cidade de Lisboa e Portugal. Todos nós, europeus, ficá-

mos mais pobres porque sentimos que aquilo que se perdeu foi também uma parte relevante do património da Europa.

Apesar do esforço de diversas corporações de bombeiros, a quem prestamos homenagem, a carga térmica atingida foi de tal forma elevada, com temperaturas da ordem dos 1700°C, que não foi possível dominar o fogo senão várias horas mais tarde, 17 edifícios cobrindo uma área de 9700 m² e representando um volume de construção de 150 000³ ficaram completamente destruídos.

Apesar de tudo, apenas se verificaram duas vítimas humanas e porque a zona não era de elevada densidade residencial, apenas 60 pessoas, constituindo 18 famílias, perderam as suas residências, mas foram pontualmente realizadas pela CML.

Lisboa, como afirmou o nosso Primeiro Ministro, Prof. Cavaco Silva, no próprio dia e local da catástrofe, *foi ferida, ferida no*

seu próprio coração, pois a zona do Chiado era a mais importante zona comercial do Centro Histórico da nossa capital.

A zona do Chiado é hoje um espaço de desolação e tristeza com as suas principais ruas fechadas ao trânsito de viaturas e cidadãos por motivos de segurança. Para além das 60 empresas cuja actividade está parada porque o incêndio destruiu as suas instalações, cerca de outras 200 empresas, sobretudo comerciais, vêem o seu futuro próximo e a sua viabilidade económica comprometidas devido à dificuldade de acesso dos seus habituais clientes.

Por isso, curar a ferida terá de significar reconstruir e fazê-lo quanto antes para repôr a actividade económica, cultural e turística deste centro vital da nossa capital, cuja vida tinha características próprias, em muitos aspectos centenárias.

A Europa é um espaço de civilização e de culturas que importa reafirmar e promover

Para além dos problemas económicos e dos custos financeiros que a reconstrução pressupõe, as consequências do sinistro levantou problemas jurídicos que decorrem dos direitos dos proprietários dos imóveis, criam incertezas e difi-



SOARES COSTA

culdades à estabilidade das empresas locatárias no que respeita aos seus direitos de preferência em novos arrendamentos e obrigam a tomar medidas de carácter social para proteger os direitos e os interesses dos 1300 trabalhadores que viram a sua actividade profissional interrompida.

O Governo decretou já um subsídio extraordinário de compensação dos salários dos trabalhadores e criou um fundo para a Reconstrução do Chiado. A CML solicitou logo no dia 1 de Setembro a «Declaração da Zona do Crítica de

Recuperação e Reconstrução Urbanística» e a «Declaração do Direito de Preferência» a favor da CML.

Mas o programa de reconstrução envolve um diálogo franco, realista e construtivo, que será protagonizado pela CML, por forma a homenagear os interesses dos proprietários, das empresas e dos trabalhadores que exerciam a sua actividade na área sinistrada do Chiado, com a defesa dos interesses e dos valores económicos e culturais do Centro Histórico da Cidade.

É hoje pacífico que a reconstrução a realizar deverá manter, no essencial, o espírito e o estilo arquitectónico preexistente, sem que naturalmente isso signifique que tudo deverá ficar igual ao que era no passado. Importa assegurar que o programa de utilização dos novos edifícios corresponda às exigências de uma sociedade moderna, que as tecnologias utilizadas garantam que a zona afectada seja um exemplo de solidez e de segurança para as áreas envolventes, e que o programa de reconstrução se enquadre num plano geral de valorização e de requalificação de todo o Centro Histórico de Lisboa.

Senhor Presidente:

A Europa é um espaço de civilização e de culturas que importa reafirmar e promover. Por isso, valorizar o património histórico e cultural das nossas cida-

des e regiões é objectivo primordial para o nosso destino comum no contexto mundial. Por isso também, garantiu a segurança dos Centros Históricos das nossas cidades e recuperá-los quando incêndios ou outras catástrofes naturais os atingem é tarefa que não podemos deixar de cumprir.

Lisboa é uma das mais belas capitais da Europa e uma das mais ricas em referências culturais. Queremos apostar no seu futuro, projectando nele o que de melhor existe da sua tradição histórica, cultural e arquitectónica.

Assim sendo a reconstrução do Chiado deverá obedecer a um elevado padrão de qualidade em que as gerações futuras possam rever com orgulho o seu passado.

Depois do incêndio do Chiado temos assistido a um enorme e gratificante movimento de solidariedade, tanto a nível nacional como a nível europeu de que é exemplo encorajador a recente resolução do Parlamento Europeu. Lisboa que será Capital Europeia da Cultura em 1994 é hoje o referencial histórico e geográfico de cerca de 100 milhões de pessoas que falam português no mundo. Lisboa é portanto uma ponte lançada e uma porta aberta para a irradiação da civilização europeia no mundo.

É na perspectiva desses valores que os Deputados da Delegação Portuguesa apelou também à solidariedade da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Desejamos que a reconstrução do Chiado se engrandece num contexto mais amplo de revitalização e de requalificação do Centro de Lisboa. Mas pensamos que isso deverá realizar-se tendo em consideração os parâmetros de uma Política Europeia de valorização e de segurança dos Centros Históricos das nossas principais cidades.

Porque estamos certos que as nossas Comissões do Ambiente e Poder Local e da Cultura e Educação estarão disponíveis para promover o debate destas questões, *anunciamos desde já à Assembleia a nossa intenção de apresentar uma moção para reconversão sobre a matéria. Aqui deixamos o convite a todos os distintos parlamentos que a essa moção desejam associar-se.*

Lisboa merece a vossa solidariedade e a nossa amizade.



Voltar a dar vida ao Chiado

Reconstrução da área sinistrada do Chiado

• **Vereadores do PSD apresentam proposta de metodologia e princípios orientadores**

Os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Lisboa apresentaram, no passado dia 4, uma proposta tendente a harmonizar as sugestões da Associação dos Arquitectos Portugueses para a Reconstrução do Chiado e Reabilitação da Baixa Pombalina com a acção a desenvolver na área sinistrada pelo Arq.º Álvaro Siza Vieira e a estabelecer um conjunto de principais orientadores de carácter urbanístico.

A proposta dos Vereadores sociais-democratas é do seguinte teor:

Considerando a proposta de «Princípios Fundamentais para a Organização do Concurso de Ideias para a Reconstrução do Chiado e Reabilitação da Baixa Pom-balina» apresentada pela Associação dos Arquitectos Portugueses em 13/09/88.

Considerando que o Sr. Arq.^o Álvaro Siza Vieira aceitou o convite para elaborar o «Plano Geral de Recuperação do Chiado» e apresentou já um «Memorandum — Guia» sobre o assunto.

Considerando que estes dois factos são compatíveis

e complementares e se torna necessário estabelecer a metodologia que permita articular o concurso de ideias e o consequente debate público em torno das propostas daí resultantes e a acção do Sr. Arq.º Álvaro Siza Vieira.

Considerando ainda que não se devem criar contrangimentos à acção do Sr. Arq.^o Álvaro Siza Vieira, e, simultaneamente, não se deve esvaziar de conteúdo e interesse o concurso de ideias.

Considerando finalmente que, sem prejuízo da definição futura no âmbito do planejamento de um quadro normativo e regularmente para a Baixa Pombalina e



A zona delimitada seria a área de intervenção do Gabinete Técnico Local e sobre ela incidiria o concurso público de ideias

Chiado, é desde já necessário estabelecer um conjunto de princípios orientadores de carácter urbanístico estabelecer um conjunto de princípios orientadores de carácter urbanístico para a reconstrução da Área Sinistrada do Chiado.

Temos a honra de propôr
que a Câmara delibere:

1. — Dar o seu acordo à proposta de «Princípios fundamentais para a Organização do Concurso de Ideias para a Reconstrução do Chiado e Reabilitação da Baixa Pombalina» apresentada pela Associação dos Arquitectos Portugueses, ressaltando no entanto os seguintes aspectos:

a) Os projectistas a designar para a elaboração dos projectos dos edifícios da área sinistrada não serão escolhidos obrigatoriamente de entre os distinguidos pelo júri do Concurso de Ideias (2.º Parágrafo da alínea c) do ponto 3 da Proposta da AAP).

b) Atendendo à urgência e prazos disponíveis para a reconstrução do Chiado, o Concurso de Ideias incidirá prioritariamente sobre a Área Sinistrada do Chiado, relegando para uma fase posterior o estudo do Conjunto Urbano da Baixa e Chiado conforme se propõe no ponto 5 da presente proposta.

c) O Sr. Arq.^o Álvaro Siza Vieira terá total liber-

dade para, em face das soluções e propostas resultantes do concurso, fazer as opções mais convenientes na elaboração do Plano de Reconstrução do Chiado.

2. — Atendendo à necessidade de estimular a participação no Concurso de Ideias do maior número possível de equipas projectistas, instituem-se dez prémios iguais, no valor de um milhão de escudos cada, destinados a galardoar os melhores trabalhos, de acordo com a decisão do júri do concurso. O júri poderá decidir não atribuir todos os prémios.

3. — Abrir o Concurso de Ideias e o Plano de Reconstrução do Chiado deverão obedecer aos princípios orientadores que a seguir se enunciam:

a) Reduzir as solicitações de trânsito nesta área

da cidade por forma a diminuir o congestionamento e facilitar o acesso ao Centro da Cidade:

b) Disciplinizar área para estacionamento público;

c) Facilitar a ligação entre a Baixa e o Chiado, criando novos percursos entre a Rua do Ouro e a Rua Nova do Almada e/ou Rua do Carmo;

d) Instalar obrigatoriamente em todos os pisos térreos do conjunto de imóveis a reconstruir, estabelecimentos comerciais e/ou actividades que contribuam para a vivência urbana do espaço público e para a animação nocturna desta área da cidade:

e) Disponibilizar a maior área possível para habitação;

f) Manutenção das volumetrias existentes;

g) Impedir a desificação e o aumento do número de andares, excepto quando se pretenda instalar actividades com função residencial, nomeadamente habitação e equipamento hoteleiro e desde que este aumento tenha como contrapartida espaço para estacionamento próprio e não imponha alterações às fachadas a preservar.

5. — Propor ao Governo a constituição de um Gabinete Técnico Local que terá como área de intervenção a Baixa e o Chiado de acordo com a zona delimitada na planta em anexo e que terá como objectivos prioritários apoiar todas as acções de reconstrução do Chiado e elaborar um plano que vise regularizar esta área da cidade de acordo com os princípios orientadores definidos no n.º 3 da presente proposta.

6. — Preparar com a Associação dos Arquitectos Portugueses as bases para um Concurso público de ideias para a Baixa e o Chiado que terá como área de intervenção a zona delimitada na planta em anexo e referida no ponto 4 da presente proposta. Este concurso deverá ser aberto até Maio de 1989.

Comissão de auxílio em La Chaux-de-Fonds

Os membros do Núcleo do PSD de La Chaux-de-Fonds, na Suíça, constituíram uma Comissão de Auxílio às vítimas do incêndio de Lisboa, cujo objectivo principal é conseguir angariar o máximo de donativos com a referida finalidade.

Aquela Comissão de Auxílio já abriu uma conta especial na U. B. S., tendo enviado uma carta ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa dando-lhe conta da iniciativa e apresentando-lhe o seu pesar pela tragédia ocorrida no Chiado.



Preservar para os vindouros toda a Baixa Pombalina

XI Governo Constitucional

— um ano de Governo (I)

CONCLUÍDO o primeiro ano de actividade do XI Governo Constitucional, importa submeter à apreciação dos Portugueses um balanço sintético das medidas e acções mais relevantes realizadas durante esse período nos diversos sectores da governação.

Tal como anteriormente, fazemo-lo por imperativos de transparência na vida política, pelo respeito que o eleitorado nos merece, pelo valor que atribuímos ao julgamento dos Portugueses.

É esta a nossa forma de ser e de estar na vida política.

Há um ano, apresentámos ao País um Programa de Governo ousado e ambicioso.

Dispondo de um novo horizonte de estabilidade política, alicerçados no clima de confiança entre tanto instalado no País e confiando na capacidade dos Portugueses, prometemos a realização de um conjunto de reformas de fundo capazes de mudar estruturalmente a nossa sociedade.

Sem descuidar as solicitações do presente e as exigências conjunturais, lançamo-nos na tarefa de preparar o País para os grandes desafios do futuro, numa perspectiva de médio e longo prazo.

Sem falsas pressas, nem demoras injustificadas, qui-

semos andar mais depressa e ir mais longe.

Por isso, a modernização de Portugal, a construção do progresso e a preparação para enfrentar com êxito o repto da integração plena da Europa Comunitária foram desde a primeira hora ideias — força de toda a nossa acção.

Com a serenidade firme de quem tem por si a força da razão e um mandato inequívoco para cumprir, agimos com determinação e coragem, atacando de forma decidida os diversos problemas estruturais, cuja subsistência, ao longo dos anos, manteve o País à margem do desenvolvimento e da modernidade.

Ceder à tentação das soluções cómodas e fáceis, recuar em face das dificuldades ou abdicar perante as resistências que sempre surgem num processo de mudança, não seria atitude séria de um Governo nacional, fruto da vontade clara e democraticamente manifestada pelos Portugueses.

Por isso, o não fizemos.

Praticando o diálogo político e a concertação social, com boa fé e espírito de verdade, recusámos, sempre, atitudes fechadas ou posições irredutíveis, susceptíveis de perturbarem o ciclo de progresso que definitivamente se instalou no País.

A atitude dialogante, que seriamente cultivamos, para além de uma exigência

democrática, constitui um precioso instrumento para a preservação dos necessários equilíbrios e consensos que uma sociedade moderna e evoluída implica.

Volvidos os primeiros doze meses da acção do XI Governo Constitucional, as mudanças empreendidas atingem, e de forma profunda, quase todos os sectores da sociedade portuguesa.

As reformas lançadas e as medidas aprovadas não se confinam, porém, à mera concretização de uma significativa parte do Programa do Governo.

Pelo contrário, o que foi feito até agora marca sobretudo o início de uma nova fase da vida portuguesa, a fase do acesso à modernidade.

Lançados os alicerces do amanhã, vencidas as barreiras que durante anos impediram de rasgar novos horizontes, operadas algumas das principais transformações legislativas há muito reclamadas, uma nova era de progresso começa a despontar, um País novo começa a construir-se.

O primeiro ano do XI Governo Constitucional mostrou que o acesso à modernidade e ao progresso é possível e viável.

Portugal está a dar passos largos e seguros para recuperar os tradicionais atrasos que o separavam, social, económica e cultu-

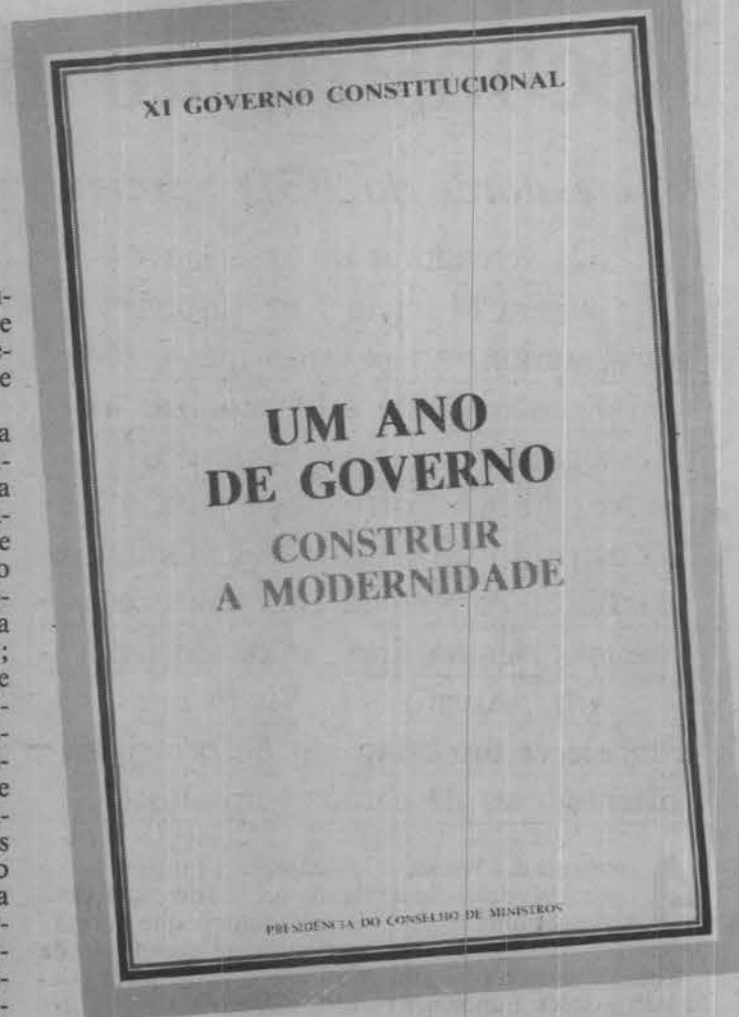
ralmente, do resto da Europa. O grande sonho de gerações que nos antecederam começa a tornar-se realidade.

É o empenhamento na valorização da nossa dimensão nacional que ganha relevo; é a aposta na capacidade dos Portugueses que diariamente se acentua; são os fortes sentimentos de solidariedade existentes na sociedade que despontam; é a confiança no futuro e nas potencialidades colectivas a assumir-se como factor de progresso e de desenvolvimento; é o orgulho de ser português, sem nostalgias, nem nacionalismos doentios, que se aviva; é o espírito universalista da Nação Portuguesa a afirmar-se como grande potencial de diálogo, de interpretação de culturas e de civilizações; é a sociedade civil que ganha uma nova dinâmica e se prepara para os desafios dos próximos anos.

Os resultados positivos alcançados não levam, porém, a esquecer que fazer mais e melhor está perfeitamente ao alcance dos Portugueses.

A viragem histórica que estamos a encetar demonstra, de resto, a nossa permanente insatisfação, a vontade de ir mais além, num esforço de constante renovação.

As profundas mutações qualificativas que a modernidade implica, com novos



Reprodução da capa do livro que acaba de ser distribuído

valores culturais e sociais, novas sensibilidades, novas ideias de solidariedade, de bem-estar e de justiça social, novos temas a despertar a atenção e o interesse das gerações presentes e futuras, são preocupações permanentes da nossa actividade. É que nos recusamos a ver o progresso numa óptica meramente quantitativa ou a medir a modernidade através de índices estritamente económicos.

Sabemos que trilhamos o rumo certo. Continuamos a

trabalhar na modernização do País. Sabemos, também, que esta é uma obra de toda a sociedade, de todos os Portugueses.

O empenhamento activo de todos, Estado e cidadãos, Governo e organizações da sociedade civil, é, assim, a melhor garantia de sermos capazes de construir o novo Portugal.

Lisboa, 5 de Outubro de 1988.

O Primeiro-Ministro

Aníbal Cavaco Silva

I—Organizar o Estado. Fortalecer a democracia

- Defesa Nacional
- Justiça
- Administração Interna
- Política Externa
- Regionalização e Poder Local
- Modernização Administrativa

Organizar o Estado e fortalecer a democracia são dois propósitos reiteradamente expressos no programa do XI Governo Constitucional. Constituinte traves mestras de uma linha de acção política nacional, quer a organização do Estado, quer o fortalecimento da democracia foram preocupações constantes ao longo deste primeiro ano de vigência do XI Governo Constitucional.

Actuou-se de modo a dignificar as instituições, a valorizar a posição de Portugal no mundo, a reforçar a imagem externa do País e a afirmar a autoridade democrática do Estado. Paralelamente, adoptou-se um conjunto de medidas concretas que, inseridas nas vastas reformas prometidas aos Portugueses, modificaram substancialmente sectores-chave da nossa sociedade — a Defesa Nacional, a Justiça, a Administração Interna e o Poder Local. A Política Externa concretizou-se nos seus três principais vectores — o euro-

peu, o africano e o atlântico — e a Administração Pública registou uma série de inovações expressivas.

Dada a vastidão das acções e medidas desenvolvidas neste primeiro ano de Governo, enumeram-se a seguir apenas aquelas que, de forma mais significativa e relevante, marcaram a acção do Governo nos domínios em apreço.

1 — Pela primeira vez, depois do 25 de Abril, foi aprovada a **Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional**, que visa dotá-lo de uma nova estrutura que assegure a preparação e execução da componente militar no contexto da política de Defesa, e de um quadro de pessoal que satisfaça as necessidades em recursos humanos para o adequado desenvolvimento das respectivas actividades.

2 — Promoveu-se a dignificação da condição militar, mediante a aprovação de uma proposta de lei de **Bases do Estatuto da Condição Militar**, a qual define os princípios fundamentais do desenvolvimento das carreiras militares e o regime da assistência e protecção quer dos militares, quer dos

respectivos agregados familiares.

3 — Os estabelecimentos militares do ensino superior — **Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea** — viram os seus estatutos aprovados. Esta decisão visou a reestruturação do sistema educativo dos oficiais dos quadros permanentes, tendo em conta, designadamente, o quadro legal que regula o relacionamento daqueles estabelecimentos com os que integram o sistema universitário português.

4 — Foi iniciada a reestruturação da **INDEP (Indústrias Nacionais de Defesa, EP)**. A estrutura produtiva da empresa sofreu profunda modificação, iniciando-se ao mesmo tempo um longo processo de modernização. Este processo envolve investimentos em novas linhas de fabrico, projectos de investigação para desenvolvimento da capacidade tecnológica do sector e medidas de saneamento económico-financeiro.

5 — O novo **Código de Processo Penal** entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1988. Paralelamente, ve-

rificou-se a aprovação de toda a respectiva legislação complementar, na perspectiva de dotar os Tribunais de uma maior celeridade no seu funcionamento e de facilitar o acesso ao direito, e a defesa da autoridade do Estado. Pela sua relevância, destaca-se:

- Aprovação da nova lei orgânica dos **Tribunais Judiciais**, respectivo regulamento e portarias de classificação e de instalação de Tribunais de 1.ª instância, de círculo e de competência genérica;
- Aprovação da nova lei orgânica da **Procuradoria-Geral da República**;
- Aprovação da lei orgânica das **Secretarias Judiciais e do Estatuto dos Funcionários de Justiça**, com posterior alargamento dos quadros de pessoal dos Serviços do Ministério Público;
- Aprovação do regime jurídico do acesso ao direito e aos **Tribunais** e aplicação do respectivo regulamento, instituindo medidas de acesso à justiça aos cidadãos económica-

mente mais carenciados;

- Aprovação de diversas alterações ao **Código das Custas Judiciais**;
 - Aprovação da legislação que reorganiza os **Institutos Médico-Legais**;
 - Reformulação das atribuições e competências da **Policia Judiciária** incluindo a legislação relativa ao recrutamento dos docentes da **Escola da Policia Judiciária**.
- 6 — Procedeu-se à aprovação e início da execução de um **programa para a informatização do sistema judiciário**, o qual se desenvolverá por um período de quatro anos, visando a modernização e o mais eficaz funcionamento dos Tribunais.
- 7 — Concretizou-se, por outro lado, a aprovação e o início da execução de um **Programa de Segurança nos estabelecimentos prisionais**.
- 8 — Promoveu-se a criação, em cooperação com o Ministério do Emprego e da Segurança Social, do **Centro Protocolar de Formação Profissional na área da justiça** para

serviço dos destinatários da acção das Direcções-Gerais dos Serviços Prisionais, dos Serviços Tutelares de Menores, do Instituto de Reinserção Social e do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.

9 — Aproveu-se uma proposta de lei que altera a **lei eleitoral para o Parlamento Europeu**, alargando a capacidade eleitoral activa dos portugueses residentes no estrangeiro e revendo o regime de inelegibilidades e de incompatibilidades.

10 — A **Lei do Recenseamento Eleitoral** foi alterada tendo em vista o aperfeiçoamento do sistema e a fixação de um período suplementar para actualização dos cadernos eleitorais.

11 — Elaborou-se um plano de médio prazo sobre as acções de prevenção, detecção, vigilância e combate aos fogos florestais e adquiriram-se instalações para a **Escola Nacional de Bombeiros**. A par destas ini-

(Continua na página 15)



O Secretário-Geral Adjunto do PSD, Luís Galdes, usando da palavra na cerimónia

Criada Secção do PSD em Dusseldorf (R. F. A)

No passado dia 2, foi oficialmente criada a Secção do PSD de Dusseldorf, que abrange a maior área consular de Portugueses residentes na República Federal Alemã.

Na cerimónia da tomada de posse dos responsáveis da nova Secção, esteve presente o Secretário-Geral-Adjunto do PSD, Luís Galdes, que falou do significado e importância da iniciativa, chamando atenção para o apoio que a Secção deverá prestar aos Núcleos residenciais. Na sua inter-

venção, Luís Galdes referiu-se detalhadamente às próximas eleições para o Parlamento Europeu, apelando à mobilização da juventude (independentemente do lugar onde reside) como componente indispensável no processo da construção do Portugal moderno.

À cerimónia, que decorreu em espírito de grande militância e entusiasmo social-democrata, estiveram presentes representantes de muitos núcleos do PSD na R. F. A.

Couto dos Santos no Seixal

Por iniciativa das Comissões Políticas do PSD e JSD, realiza-se no próximo dia 14 (Sexta-Feira) na Sede Concelhia do Seixal, uma sessão informativa presidida pelo ministro Couto dos Santos.

Convidam-se todos os militantes e simpatizantes para esta sessão, que terá início pelas 21 horas.

Reunião da ASDEFD

Convocam-se todos os associados da Associação Social Democrata de Educação Física e Desporto, para reunir no próximo dia 17 (segunda-feira), pelas 21.30 horas, na Sede Distrital do Porto do PSD, Rua de Guerra Junqueiro, 64 — Porto, a fim de serem tratados assuntos de interesse para a ASDEFD.

Reforma Fiscal tema de debate

No próximo dia 14, às 21.30 horas, no Hotel Borna, em Lisboa, por iniciativa da Comissão Política Permanente da A.M.L., realiza-se um debate sobre Reforma Fiscal, presidido pelo secretário de Estado, José Oliveira Costa.

XI Governo Constitucional

(Continuação da página 14)

ciativas, procedeu-se à celebração de um protocolo de cooperação entre o Serviço Nacional de Bombeiros e a Universidade de Coimbra, no âmbito de um projecto de investigação sobre incêndios florestais.

12 — Foi aprovado um diploma que institui o passaporte português de modelo comunitário. O novo regime de passaporte prevê a adopção de medidas que facilitam

tem o acesso dos cidadãos à sua obtenção, ao mesmo tempo que previnem e desencorajam a fraude na sua utilização.

13 — Promoveu-se, ainda, a celebração de um protocolo entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Guarda Fiscal no tocante ao controlo da circulação de pessoas nos postos de fronteira. Tal controlo passará progressivamente a ser feito pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

até à sua plena concretização no prazo máximo de dois anos. Ao mesmo tempo o referido serviço, em colaboração com as forças de segurança, intensificou as acções de fiscalização de estrangeiros nas zonas de maior afluxo de turistas.

14 — Procedeu-se, por outro lado, à criação de um Conselho Técnico incumbido das matérias relativas à segurança dos espectáculos desportivos.

CONVOCATÓRIAS

A. D. de Viana do Castelo

Ao abrigo do art.º 37.º dos Estatutos do PSD/PSD, convoco a Assembleia Distrital do Partido Social Democrata de Viana do Castelo para reunir no próximo dia 15 pelas 15 horas, na Residência «Joaquim Lopes», em Pa-redes de Coura, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Período de Antes da Ordem do Dia (1 hora)
2. Análise da Situação Político-Partidária.

Viana do Castelo

Ao abrigo dos artigos 48.º e 49.º dos Estatutos do P. S. D., convoca-se o Plenário da Secção a reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 15, pelas 21 horas no salão dos Bombeiros Voluntários de Viana do Castelo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição da Mesa da Assembleia
- 2 — Eleição da Comissão Política de Secção
- 3 — Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital

Amadora

Em virtude de a anterior convocação da Assembleia extraordinária dos militantes da Secção Concelhia do PSD da Amadora, inserta no «Povo Livre» de 5 do corrente mês, não ter sido publicada com a antecedência mínima estabelecida no Regulamento Eleitoral da A. M. L., determino a sua anulação e convoco, nos termos estatutários, nova Assembleia, a realizar no dia 28 do corrente mês, com a mesma ordem de trabalhos e nos mesmos termos constantes da anterior.

Alto do Pina

Convocam-se os Militantes do Núcleo do Alto Pina para uma Assembleia extraordinária a realizar no próximo dia 20, pelas 21.30 horas, na Secção B, Campo Pequeno, n.º 16-3.º, Lisboa, e com a seguinte:

ORDEM E TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Discussão de problemas autárquicos da Freguesia.

Mogadouro

Convocam-se todos os militantes para uma reunião da Assembleia Geral do P. S. D. a realizar no SALÃO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS do Bairro de S. Sebastião no próximo dia 6 de Novembro (Domingo), às 14 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apresentação de contas
- 2 — Eleição dos Órgãos directivos concelhios.

Santarém

Ao abrigo do Artigo 66.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Plenário da Secção de Santarém, para reunir na Sede da Comissão Política de Secção de Santarém, em 18 de Novembro, pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Relatório de Contas da C. P. S.
- 3 — Eleição da Comissão Política de Secção
- 4 — Eleição da Mesa do Plenário de Secção
- 5 — Análise da Situação Política.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Dusseldorf

ASSEMBLEIA DE SECÇÃO

Presidente — Cecília Larmes
Vice-Presidente — Fernando de Matos
Secretária — Isabel Ramos

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — José Fernandes
Vice-Presidente — David Nunes Pinto
Tesoureiro — José Teixeira
Vogais — Luís Pratas, Gelásio Figueiredo e Orbílio Saraiva.

JSD — Ana Cristina Ramos, Cecília Pereira, Conceição Vögtler e Ercílio Almeida.

Tavira

MESA DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO

Presidente: José Macário Correia
Vice-Presidente: Joaquim Lourenço dos Reis José
Secretário: Victor M. Martins Baioa

COMISSÃO POLÍTICA DE SECÇÃO

Presidente: João José Miguel Picoito
Vice-Presidente: Rafael Amador Cordeiro
Tesoureiro: José Regino Evangelista Fialho
Vogais: Maria Manuela Peão Lopes Dias Pinto, Luís M. Melo Horta, Alberto Santos Pereira Rocha, Benedito dos Reis Fortunato Dias e Fernando dos Anjos do Carmo Mendonça.

BUSTO A SÁ CARNEIRO

NA CIDADE DE VILA NOVA DE GAIA

HOMENAGEM AO GRANDE ESTADISTA PORTUGUÊS

PARTICIPE • COLABORE CONTRIBUA

COMISSÃO PRÓ-BUSTO A FRANCISCO SÁ CARNEIRO

RUA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, 1339
APARTADO 205
4403 VILA NOVA DE GAIA
CODEX TELEFONE — 393918

Aumenta o número de empresas

Em Portugal existiam, em Março deste ano, cerca de um milhão de empresas (exactamente 950.681), de acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Daquele total, cerca de 15 mil sediavam-se nos Açores e 24 mil na Madeira, cabendo o restante ao Continente.

Os dados fornecidos pelo INE revelam que se verificou um crescimento de mais de 300 por cento entre o início deste ano e Outubro de 1982 quando estavam recenseadas 235.703 empresas.

O distrito de Lisboa é aquele onde se encontra a maior fatia empresarial — 211.741 empresas registadas — seguido pelo Porto (131.894), Setúbal (76.713), Aveiro (64.595), Braga (53.496), Leiria (51.033) e Santarém (50.788). Estes distritos englobam 67,3 por cento do total.

O distrito que, no início deste ano, registava o menor número de empresas, era Portalegre. Cabiam-lhe 14.908 empresas, um número

que não distava muito do registado nos Açores.

Por outro lado, os dados do INE revelam que as empresas sediadas em Lisboa e no Porto são as de maior número de trabalhadores.

Em contrapartida, verificou-se que a maioria das empresas portuguesas — cerca de 93 por cento — emprega entre uma a quatro pessoas o que revela bem a pequena dimensão do tecido empresarial de Portugal. Recorde-se que na Europa uma empresa que tenha até 500 trabalhadores é considerada no grupo das PME (pequenas ou médias empresas).

Os números do INE referem também que, do total das empresas registadas, cerca de metade (431.506) pertenciam ao sector do comércio e hotelaria. A indústria transformadora detinha 134.371 empresas, a construção civil e obras públicas 112.893, outros serviços 104.583 e a agricultura, silvicultura, pesca e caça com 90.720 empresas.

Refira-se ainda que, no início deste ano, existiam cerca de 50 mil empresas cujo capital social estava abaixo dos 300 contos.

No entanto, atendendo aos dados do INE, nos últimos anos aumentou significativamente o número de

grandes empresas. Em 1979 estavam registadas 115 empresas com capital social superior a 100 mil contos e, em 1988, aquele número subiu para 1335.

Sublinhe-se ainda que em Março deste ano a população activa empregada era de 4.299 milhões, ou seja, mais 3,7 por cento do que em idêntico período do ano passado. O sector terciário era o mais populoso (1.886.800 trabalhadores). No entanto, entre 1987 e 1988 (primeiro trimestre de cada ano) o sector secundário cresceu mais que o terciário, com aumentos, no número de activos, de 88.500 e 58.300 trabalhadores, respectivamente.

Bagão Félix: Formação profissional carece de aperfeiçoamentos

O Mercado Único Europeu não começa apenas no dia 31 de Dezembro de

1992, e, no caso português, exige desde já medidas de política e acções destinadas à formação profissional, afirmou, em Aveiro, o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional.

Bagão Félix revelou que mais de 60 por cento dos trabalhadores por conta de outrem têm, como escolaridade, apenas o ensino básico primário, sendo necessário inverter esta situação, através, designadamente, da realização sistemática de acções de aperfeiçoamento, reciclagem e requalificação.

Aquele governante defendeu, ainda, o reforço da

componente profissional orientada no sentido de dotar os formandos de capacidade de adaptação e de polivalência profissional.

Bagão Félix diz também ser necessário investir na formação de formadores e de quadros intermédios, bem como conjugar as diversas fases de formação dos trabalhadores.

«É necessário, segundo Bagão Félix, promover, no âmbito das PME's, programas de inserção de jovens qualificados que lhes desenvolvam não só capacidades cognitivas, mas também pessoais».

Decisão histórica para consulados

O secretário de Estado das Comunidades, Correia de Jesus, afirmou que a passagem dos consulados para a jurisdição do departamento de que é titular constitui «uma decisão histórica».

Em declarações à RDP-Internacional, Correia de Jesus salientou que «o consulado deve exercer plenamente a função para que foi criado: a de proteger os cidadãos portugueses, desde que passam a fronteira». Aquele governante revelou que está a diminuir o fluxo de portugueses para o estrangeiro, aumentando para 25 a 26 mil o número dos que regressam.

Reforma fiscal beneficia municípios

O secretário de Estado da Administração Local afirmou que, com a nova legislação fiscal, vai ser conseguido um reforço significativo da autonomia fiscal dos municípios.

Nunes Liberato considera extremamente positivo o balanço da reforma fiscal, designadamente no âmbito local, uma vez que aumenta o poder decisório das autarquias sobre o lançamento e definição de taxas de impostos locais.

Viragem no termalismo

Portugal tem tido um «termalismo incipiente, mas dá agora sinais de vir a ter, a curto prazo, um termalismo moderno, capaz de concorrer com o que de melhor há no mundo neste domínio».

A afirmação é do secretário de Estado do Turismo, Lúcio Cunha, segundo o qual o momento de viragem que o termalismo português está a atravessar terá de ter em conta a arquitectura dos espaços, uma vez que, além dos balneários e dos hotéis, os espaços envolventes das termas são também bastante importantes para os aquistas que as visitam.

Oliveira Godinho na Guiné-Bissau

O secretário de Estado das Pescas, Oliveira Godinho, regressa no próximo sábado da Guiné-Bissau, onde se deslocou para analisar com as autoridades locais questões relativas ao plano de cooperação no sector.

Oliveira Godinho já entregou às autoridades guineenses um relatório elaborado pelos técnicos do INIP sobre os trabalhos efectuados pelo navio português «Noruega» em águas guineenses.

Mira Amaral

Sistema de incentivos favorece o interior



«PORTUGAL vive um momento de viragem, neste terceiro ano de desenvolvimento consecutivo, com um crescimento dos mais fortes da Europa comunitária», afirmou, em Ferreira do Zêzere, o ministro da Indústria e Energia.

Ao falar no encerramento de uma feira na localidade, Mira Amaral recordou que Portugal possui uma baixa taxa de desemprego e uma taxa de investimento extremamente elevada.

Aproveitando esta sua deslocação ao interior, o

ministro salientou, dirigindo-se a industriais presentes, que o sistema de incentivos ao investimento industrial, em vigor desde 1 de Janeiro de 1988, «permite apoiar de forma extremamente significativas as regiões do interior, cabendo às autarquias dinamizar e cativar o investimento industrial localmente».

Mira Amaral acentuou, por outro lado, que em 1992 Portugal estará transformado, na sequência dos investimentos que o Governo vai, até lá aplicar em infra-estruturas e em vias de comunicação.



O vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa Nacional, Eurico de Melo, e o ministro do Emprego e da Segurança Social, Silva Penada, procederam no Gabinete do MDN, à assinatura de um despacho conjunto que estabelece equivalências profissionais obtidas nos Centros do Instituto do Emprego e Formação Profissional e especialidades militares adquiridas ao nível dos Centros de Instrução do Exército quando da prestação do serviço efectivo normal. Presentes na cerimónia o ministro adjunto e da Juventude, Couto dos Santos, secretário de Estado adjunto do ministro da Defesa Nacional Eugénio Ramos; secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Bagão Félix, e o chefe do Estado-Maior do Exército, general Firmino Miguel.